



Número: 22

Horta, Quarta-Feira, 19 de Junho de 1985

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
D I Á R I O
DA ASSEMBLEIA REGIONAL

III Legislatura
1 Sessão Legislativa

Presidente: Deputado Reis Leite
Secretários: Manuel Goulart e Manuel Ávila

S U M Á R I O

Os trabalhos iniciaram-se às 10.00 horas.

No **Período de Antes da Ordem do Dia** foi lido o expediente.

No **Período da Ordem do Dia** foram apreciados e votados os seguintes diplomas:

- Proposta de Resolução do PS sobre a "Empresa Pró-Pico".

A apresentação da proposta foi feita pelo Sr. Deputado Ivo Soares. Nos debates, na generalidade, intervieram os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (PS), Manuel Serpa, (PS), José Decq Mota (PCP), José Manuel Bettencourt (PS), Alvarino Pinheiro (CDS), Álvaro Monjardino (PSD), Carlos César (PS), Fernando Faria (PSD), e ainda o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, Adolfo Lima.

Submetida à votação, foi a mesma rejeitada com 19 votos contra do PSD, 9 votos do PS a favor, 2 do CDS a favor e 1 do PCP a favor.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (PS), José Decq Mota (PCP) e Álvaro Monjardino (PSD).

- Pronúncia da Assembleia Regional dos Açores relativamente ao Decreto-Lei que define o regime da publicação, identificação e formulário dos diplomas e regulamenta o conteúdo das três Séries do "Diário da República" - Revoga a Lei nº 6/83, de 5 de Agosto e o Despacho Normativo nº 15/82, de 20 de Fevereiro.

Após a apresentação do relatório da Comissão de Organização e Legislação, feita pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça (PS), seguiu-se a votação da Proposta de Resolução do PSD, sobre o assunto acima mencionado, a qual foi aprovada por unanimidade.

- Proposta de Resolução do PS sobre a constituição de uma Comissão Eventual destinada a preparar um "Encontro de Parlamentares Insulares" nesta Região.

A proposta, que foi aprovada por unanimidade, foi apresentada pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça (PS), tendo ainda intervindo o Sr. Deputado Fernando Faria (PSD).

- Proposta de Resolução do PCP sobre o "Ano Internacional da Juventude".

Feita a apresentação da proposta pelo Sr. Deputado José Decq Mota (PCP), seguiram-se os debates, nos quais intervieram os Srs. Deputados Luís Bastos (PSD), José Decq Mota (PCP), Carlos César (PS), António Silveira (PSD), José Manuel Bettencourt (PS), Borges de Carvalho (PSD), e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional, Mota Amaral.

Seguidamente, foi posto à votação o texto alternativo da Comissão dos Assuntos Sociais, o qual recebeu a aprovação unânime da Câmara.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados José Decq Mota (PCP), Lufs Bastos (PSD) e Dionísio de Sousa (PS).

Finalmente, foi aprovada por unanimidade, uma **Proposta de Resolução da Mesa da Assembleia Regional, dando por findo o período legislativo de Junho.**

Os trabalhos terminaram às 14.20 horas.

Presidente: Srs. Deputados, pedia a vossa atenção para a chamada.

(Eram 10.00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, Álvaro Monjardino, António Silveira, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, Flor de Lima, Gabriela Silva, Helder Cunha, João de Brito, Jorge Cabral, Jorge Cruz, José Simas Raposo, Lufs Sousa Bastos, Manuel Ávila, Manuel Melo, Mário Castro, Mário Freitas, Reis Leite, Filomena Silva; **PS** - Carlos César, Carlos Mendonça, Dionísio de Sousa, Francisco Sousa, Hélio Pombo, Ivo Soares, João Macedo, José Manuel Bettencourt, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Raimundo Mesquita; **CDS** - Alvarino Pinheiro, José Dias; **PCP** - José Decq Mota).

Presidente: Estão presentes 33 Deputados. Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início ao Período de Antes da Ordem do Dia com a leitura do expediente.

Secretário (Manuel Goulart): Da Delegação da Terceira do Sindicato dos Professores recebemos o seguinte telegrama:

"Delegado da Terceira Sindicato dos Professores Região Açores apresenta seu mais profundo protesto pela aprovação ponto 1 artigo 6º da Organização do Planeamento Região impeditiva da participação dos sindicatos na audição Plano Regional stop solicitamos intervenção Vexa sentido alteração por forma nossa intervenção construtiva stop cumprimentos Vexa".

- Do Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul um telegrama do seguinte teor:

"O Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul repudia veementemente a cláusula aprovada no passado dia 14/6/85 na Assembleia Regional dos Açores pelo PSD stop protestamos do conteúdo da cláusula por ser discriminatória e anti-democrática stop".

- Mais um telegrama, dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores, do seguinte teor:

"O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose Fabricação e Transformação do Papel Gráfica e Imprensa do Sul e Ilhas repudia veementemente a cláusula aprovada no passado dia 14/6/85 na Assembleia Regional dos Açores pelo PSD stop protestamos do conteúdo da cláusula por ser discrimi-

natória e anti-democrática stop".

- Do Sindicato dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca recebemos o seguinte telegrama:

"O Sindicato dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante Aeronavegação e Pesca repudia veementemente a cláusula aprovada no passado dia 14/6/85 na Assembleia Regional dos Açores pelo PSD stop protestamos do conteúdo da cláusula por ser discriminatória e anti-democrática stop"

Secretário (Manuel Ávila): Do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas recebemos um telegrama do seguinte teor:

"O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas repudia veementemente a cláusula aprovada no passado dia 14/6/85 na Assembleia Regional dos Açores pelo PSD stop protestamos do conteúdo da cláusula por ser discriminatória e anti-democrática stop".

- Dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores recebemos o seguinte telegrama:

"Os Sindicatos Portaria e Vigilância Serviços Domésticos Agrícolas Técnicos de Desenho Químicos repudiam veementemente a cláusula aprovada no passado dia 14/6/85 na Assembleia Regional dos Açores pelo PSD stop protestamos do conteúdo da cláusula por ser discriminatória e anti-democrática stop".

- O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores enviou o seguinte telegrama:

"O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores repudiam veementemente a cláusula aprovada no passado dia 14/6/85 na Assembleia Regional dos Açores pelo PSD stop protestamos do conteúdo da cláusula por ser discriminatória e anti-democrática stop".

- Do Sindicato dos Ajudantes de Farmácia do Sul e Ilhas recebemos um telegrama do seguinte teor:

"O Sindicato dos Ajudantes das Farmácias do Sul e Ilhas repudia veementemente a cláusula aprovada no passado dia 14/6/85 na Assembleia Regional dos Açores pelo PSD stop protestamos do conteúdo da cláusula por ser discriminatória e anti-democrática stop".

-Da Associação de Agricultores da Ilha do Faial e Juntas de Freguesia recebemos um ofício sobre a "Caça ao Coelho.

Secretário (Manuel Goulart): Dos Srs. Deputados

Raimundo Mesquita e Ivo Soares, do Partido Socialista, recebemos o seguinte requerimento:

"Nos termos estatutários e regimentais requeremos ao Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria que nos informe quais os gastos totais com publicidade referentes aos anos de 1983, 1984 e 1985, discriminados por anos, efectuados pela Fábrica de Tabaco Micaelense, EP.

Mais solicitamos nos informe, também subdividido por anos,

1. Quais os gastos com publicidade efectuada em provas desportivas, mormente automobilísticas;
2. Qual o custo total do "visual" da nova embalagem da marca de cigarros "Apolo 20";
3. Qual o custo dos "SPOTS" publicitários dos anúncios emitidos pela RTP-Açores;
4. Quais os custos da emissão de publicidade na RTP-Açores.

Horta, Sala das Sessões, 19 de Junho de 1985.

Os Deputados Regionais do PS: Raimundo Mesquita, Ivo Soares".

- Dos Srs. Deputados José Leovigildo e Manuel Gil Ávila, do PSD, um requerimento do seguinte teor:

"Excelência

Considerando as deficientes condições em que funciona a Lota-Açores na Calheta de São Jorge, em virtude das precárias instalações;

Considerando que desde há muito o Governo vem sendo alertado para o facto;

Considerando que se torna indispensável a construção de novas instalações.

Os Deputados signatários requerem, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, nos seja informado o seguinte:

1ª - Existe algum projecto para novas instalações da Lota-Açores na Calheta?

2ª - Se sim, para quando estão previstas as obras?

Horta, Sala das Sessões, 18 de Junho de 1985.

Os Deputados Regionais: José Leovigildo Azevedo, Manuel Gil Ávila.

- Do Sr. Deputado Dionísio de Sousa do PS o seguinte requerimento:

Considerando que num jornal local, em data recente, se afirmava que haviam sido concedidos pelo Governo Regional, subsídios de 20.000 contos para as Festas Sanjoaninas na Terceira, 10.000 contos para a Semana do Mar no Faial e 1.600 contos para as festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres em S. Miguel;

Considerando que em proposta remetida à Assembleia Regional, os "autarcas sociais-democratas na Câmara Municipal da Praia da Vitória", expressavam o seu "total desagrado e desacordo pela forma como têm sido atribuídos os subsídios da Secretaria Regional dos Transportes e Turismo,

às tradicionais Festas "Sanjoaninas" na Ilha Terceira, especialmente este ano para a Praia da Vitória, esperando do Governo Regional a correcção devida e consequente aumento inflacionário como tem vindo a acontecer ao longo dos anos:

1983 - Praia - subsídio: 800 contos

1984 - Angra - Subsídio: 2.500 contos

1985 - Praia - Subsídio: 2.000 contos

Considerando a manifesta divergência entre os dados fornecidos por estas duas fontes de informação, o deputado signatário, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, requer ao Sr. Presidente do Governo Regional as seguintes informações:

1. Qual o montante do subsídio, realmente atribuído em 1983, 1984 e 1985, para as festas Sanjoaninas, Semana do Mar e Festas do Senhor Santo Cristo em S. Miguel?

2. Quais os critérios seguidos para a atribuição daqueles subsídios?

3. Qual a razão da redução da verba de 1984 para 1985, no caso das Sanjoaninas, conforme consta dos dados mencionados pelos autarcas sociais-democratas da Câmara da Praia da Vitória?

Horta, Sala das Sessões, 19 de Junho de 1985.

O Deputado Regional do PS: Dionísio de Sousa.

- Um requerimento dos Srs. Deputados do PSD José Leovigildo e Manuel Gil Ávila do seguinte teor:

Excelência:

- Considerando a necessidade de realizar obras, para melhoramento das condições de operacionalidade, no porto da Calheta de São Jorge;

- Considerando que a necessidade referida se justifica pela impossível operação dos fates que escalam aquele porto quando a maré está baixa;

- Considerando que este assunto tem sido por diversas vezes exposto ao Governo Regional e que até ao momento não houve uma resposta concreta ao assunto;

- Considerando que no plano constam verbas destinadas a melhoramentos em portos;

- Considerando que o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo, durante a visita de trabalho que efectuou àquela ilha, se revelou aberto à procura de uma solução.

Os Deputados signatários requerem, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, nos seja informado o seguinte:

1ª - Já existe alguma definição conducente à resolução do problema em causa?

2ª - Se sim, para quando?

Horta, Sala das Sessões, 17 de Junho de 1985.

Com os melhores cumprimentos.

Os Deputados Regionais: José Leovigildo Azevedo, Manuel Gil Ávila.

Secretário (Manuel Ávila): Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista recebemos o seguinte requerimento:

- Sendo um facto a inexistência de Serviço de Consulta Externa, nas unidades de Saúde da Ilha de S. Jorge, respectivamente, no Hospital das Velas e da Calheta, e Serviço de Urgências (atendimento permanente), neste último;

- Existindo, na Concelho de velas, Ilha de S. Jorge, pessoas que aguardam a realização de Juntas Médicas, para conclusão de processos de atribuição de Pensões de Invalidez.

Considerando que as pessoas que se encontram nesta situação, ascendem a mais de uma centena, cujas solicitações datam, em vários casos, a 1982 e 1983, sendo as demais de 1984.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, em vigor, requer que a Comissão Permanente dos Assuntos Sociais seja incumbida no sentido de proceder às averiguações necessárias, na Ilha de S. Jorge, para apuramento de responsabilidades, onde sejam detectadas irregularidades no sector da saúde ou quaisquer outras situações, das áreas que são da sua competência, que, de qualquer modo, prejudique a respectiva população.

Horta, Sala das Sessões, 19 de Junho de 1985.

A Direcção do Grupo Parlamentar: Dionísio de Sousa.

- Do Sr. Deputado Francisco Sousa, do Partido Socialista, um requerimento do seguinte teor:

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, requero que me sejam fornecidos os estudos e elementos que levaram o Secretário Regional da Educação e Cultura a optar pela construção da Escola Preparatória da Zona Nascente do Concelho da Ribeira Grande na freguesia da Maia e isto, tendo em atenção declarações feitas por membros do Governo Regional dos Açores e o constante dos Planos Anuais de 1985 e 1984 e do PMP 1985/88.

Horta, Sala das Sessões, 18 de Junho de 1985.

O Deputado Regional: Francisco de Sousa.

- Do Sr. Deputado Francisco Sousa do Partido Socialista o seguinte requerimento:

Considerando que a remuneração salarial é um direito inalienável do trabalhador;

Considerando que, de acordo com a Constituição da República Portuguesa, o Ensino Particular e Cooperativo é supletivo do Ensino Oficial;

Considerando que, apenas os Concelhos da Madalena do Pico e Povoação não têm estabelecimentos de Ensino Oficial que abranjam a Escolaridade Obrigatória, e que no Externato de Vila Franca do Campo lecciona o Ensino Complementar;

Considerando que trabalhadores docentes, administrativos e auxiliares daqueles estabeleci-

mentos chegam a estar 60, 70 e mais dias sem receber o vencimento,

Requeiro, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, que o Governo Regional dos Açores me forneça os seguintes dados:

1. Quais as razões que originam que, sistematicamente, os professores pessoal administrativo e auxiliar não recebam o vencimento em devido tempo, naqueles estabelecimentos?

2. Qual o montante de verbas dispendidas no ano lectivo de 1983/84 com aqueles três estabelecimentos de Ensino, pela Secretaria Regional da Educação e Cultura?

3. Em que fase do projecto se encontra a construção dos edifícios das Escolas Preparatórias da Povoação e Madalena do Pico?

Horta, Sala das Sessões, 18 de Junho de 1985.

O Deputado Regional do PS: Francisco Sousa.

- Mais um requerimento do Sr. Deputado Francisco Sousa, do Partido Socialista, do seguinte teor:

Considerando que os trabalhos da Organização Internacional do Trabalho - OIT - são de natureza tripartida, isto é, neles participam representantes governamentais, membros das Estruturas Sindicais e das Organizações Patronais, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, requero que o Secretário Regional do Trabalho me forneça os seguintes elementos:

1. Em quantas conferências da OIT já participaram representantes governamentais dos Açores?

2. Quais os membros que compunham as nossas representações?

3. Em alguma das deslocações foram representados o Movimento Sindical e as Associações Patronais?

4. Em caso afirmativo, quais as estruturas representadas e os seus elementos?

Horta, Sala das Sessões, 18 de Junho de 1985.

O Deputado Regional: Francisco de Sousa.

Secretário (Manuel Goulart): Resposta a um requerimento dos Srs. Deputados Helder Tristão da Silva e Adelaide Teles, sobre "Parque de Máquinas da Ilha Graciosa" do seguinte teor:

1 - O Parque de Máquinas da Ilha Graciosa tem a seguinte composição:

A Divisão de Agricultura da Graciosa possui 6 tractores borracheiros:

1 Tractor INTERNATIONAL 444

2 Tractores MASSEY FERGUSON 165

2 Tractores SAME CORSARO - 70

1 Tractor SAME CORSARO - 70 c/ tracção às 4 rodas

2 Tractores de rasto Contínuo FIAT - 605

2 Tractores de rasto Contínuo CATERPILLAR - D.4.D.

1 Pá carregadora CATERPILLAR - 920
 1 Camião MERCEDES BENZ - 911
 1 Jeep TOYOTA
 1 Jeep PORTARO 240
 1 Carrinha de caixa aberta ISUZU
 1 Ceifeira Debulhadora NURSEY
 1 Enfardadeira WELGER
 1 Tanque reboque para abastecimento de água
 1 Dumper VIMA
 4 Atrelados GALUCHO
 1 Atrelado do Motocultivador ÁGRIA
 2 Rolos compressores TRAMAGAL
 4 Charruas de discos GALUCHO
 4 Charruas de tracção animal
 3 Charruas de aivecas de 2 ferros - GALUCHO
 4 Charruas de aivecas de 1 ferro - GALUCHO
 1 Grade de 32 discos
 5 Grades de discos - GALUCHO
 4 Escarificadores de 7 dentes
 1 Semeador de milho de 2 linhas - EBRA
 1 Semeador de milho de 4 linhas - EBRA
 2 Semeadores Brillion
 2 Frezas
 3 Sachadores de tracção animal PLANET
 1 Sachador-Cultivador TORTELA
 1 Gadanheira MASSEY FERGUSON
 1 Gadanheira rotativa
 1 Gadanheira condicionadora
 1 Corta forragens manual
 1 Corta forragens KEMPER
 1 Corta forragens KRONE
 1 Derregador
 1 Carregador de alfaia
 1 Respiçador Girasol
 1 Atomizador TOMIX-400 litros
 1 Tarrara AGRITEC
 1 Caixa de carga
 1 Motocultivador ÁGRIA, equipado c/ charrua e freza
 3 Motocultivadores BCS com freza
 1 Mini-tractor vinhateiro - GRILLO
 1 Charrua vinhateira
 1 Freza
 1 Pulverizador TOMIX para vinha - 200 litros
 5 Motopulverizadores TOMIX de 55 litros
 1 Subsolador
 1 Carregador frontal para tractores
 2 Motogadanheiras BCS
 1 Moto-bomba
 1 Moinho de martelos TRAMAGAL
 0 Parque de Máquinas dos lavradores particulares assenta em 48 tractores borracheiros abaixo descritos:
 3 Tractores MASSEY FERGUSON 120-130
 4 Tractores MASSEY FERGUSON 135
 1 Tractor MASSEY FERGUSON 165
 1 Tractor MASSEY FERGUSON 265
 1 Tractor LANDINE R-6.500
 5 Tractores DAVID BROWN-990
 2 Tractores DAVID BROWN-1190
 5 Tractores DAVID BROWN-995

1 Tractor EBRO-6.070
 1 Tractor FORD-3.000
 3 Tractores DAVID BROWN-885
 2 Tractores FORD-F
 1 Tractor EBRO-6.070
 1 Tractor EBRO-6.040 vinhateiro
 1 Tractor FORD-2.400
 1 Tractor FORD-4.000
 2 Tractores FORD-4.600
 3 Tractores FORD-3.600
 1 Tractor DAVID BROWN-1.990
 1 Tractor INTERNATIONAL-444
 2 Tractores CARRARO
 1 Tractor DAVID BROWN-1.200
 1 Tractor FORD-3.055
 1 Tractor JONH DEER
 1 Tractor KOBOTA-L 285
 1 Tractor KOBOTA-L 295
 1 Tractor FIAT-466
 1 Tractor ÁGRIA - vinhateiro
 1 Charrua reversível de 1F 8"
 4 Charruas reversíveis de 1F 12"
 10 Charruas reversíveis de 1F 14"
 14 Charruas reversíveis de 1F 16"
 3 Charruas reversíveis de 1F 18"
 3 Charruas de 2F de 10"
 13 Charruas de 2F de 12"
 7 Charruas de discos de 16"
 2 Charruas vinhateiras
 13 Frezas
 17 Grades de discos
 34 Escarificadores
 5 Gadanheiras
 15 Derregadores
 1 Subsolador
 1 Broca
 4 Pulverizadores
 35 Atrelados
 1 Carregador de alfaias
 2 Caixas de carga
 1 Tanque de reboque
 1 Moinho de martelos
 1 Descapanadeira
 1 Triturador de vides
 1 Enxofrador
 1 Arrancador de batatas

2. O número de horas de trabalho do Parque de Máquinas desta Divisão atingiu em 1984 as 3.498,5 H.S. e produziu uma receita de 8.579.473\$00, conforme se pode ver no exemplo do Relatório de Actividades que juntamente enviamos para esclarecimento pormenorizado do que foi solicitado à Assembleia Regional.

No citado horário de trabalho está incluída a assistência a 722 lavradores, com um total de 225,10 hectares de terreno e inclui serviço de lavouras, gradagens, sementeiras, renovação de pastagens degradadas, corte de ervagens, silagens, fenação, enfardamento, assistência fitossa-

nitária a 179 pomares, prestação de serviços à Câmara Municipal, Autarquias, Serviços Florestais, Casas do Povo, Agremiações Desportivas e Culturais, Adegas Cooperativas e Hospital Conceição.

No concernente ao trabalho relativo ao ano em curso passamos a discriminar a actividade desenvolvida:

- Em Janeiro 444,5 H.S. com o valor de 870.789\$50, distribuídas pelos tractores:

M.F.-165.	35,25 H.
M.F.-165.	220,50 H.
SAME C.70	15,25 H.
D.4.D. Caterpillar	32
D.4.D. Caterpillar	26,30
FIAT-605	2
Pá carregadora 920	<u>112</u>

Total 443,30 H.

- Em Fevereiro 334,25 H.S., com o valor de 589.157\$50:

M.F.-165.	184,5 H.
M.F.-165.	16,25H.
SAME C. 70.	16,5 H.
FIAT 605.	31 H.
D.4.D	20 H.
D.4.D	3 H.
Pá carregadora. . .	60 H.
Motog	<u>3 H.</u>

Total 334,25 H.

- Em Março 654, 25 H.S., com o valor de 1.163.276\$50:

M.F. 165	199 H.
M.F. 165	90,25 H.
SAME C.	75,75 H.
SAME 4RM	10,5 H.
FIAT 605	76 H.
D.4.D.	65,25 H.
D.4.D.	60,50 H.
Pá 920	<u>77 H.</u>

Total. 654,25 H.

3. Quanto à razão das avarias dos tractores devem-se a vários factores que passamos a enumerar:

- O volume bastante elevado de trabalho a que têm sido submetidos na prestação de serviços, desde 1978.

- A falta de um bom mecânico, impossível de conseguir visto o salário na iniciativa privada ser muito superior ao auferido nos Serviços, tem também contribuído, para o agravamento desta situação.

↳ A demora e dificuldade na aquisição de material sobressalente.

- Os 2 tractores Massey Ferguson 165 apesar de terem sido transferidos do Programa Pecuário dos Açores com 4.000 horas e 3.000 respectivamente têm sido as duas máquinas que melhores provas têm dado com menos avarias, embora já tenham ultrapassado as 10.000 horas de trabalho.

Os tractores Same têm apresentado inúmeras avarias na caixa de direcção, o que por vezes os imobiliza períodos que vão dos 2 a 3 meses, apesar do nosso esforço imediato em tentar adquirir o material para reparação.

Qualquer deles deve ter já ultrapassado as 3.000 e 4.000 horas embora não possamos precisar concretamente visto os conta-horas terem andado algum tempo sem registo.

O mecânico de qualidade, que possuíamos nestes Serviços apesar de ter enveredado pela compra de 2 camions, estabelecendo-se por conta própria, continua dentro do que lhe é possível, a prestar uma assistência que tem ajudado a resolver alguns problemas, trabalhando aos sábados e até à noite...

A empresa Tecnovia, a quem temos recorrido com assiduidade, quer na rectificação de peças ao torno e ainda outros trabalhos, tem minorado algumas destas situações. Infelizmente esta firma em breve encerrará as suas oficinas o que certamente irá agravar a resolução destas avarias.

A reparação das caixas de direcção dos tractores Same tem sido feita na Terceira e a Direcção de Serviços de Agricultura da mesma ilha pode dar o seu testemunho, pois essas peças têm sido enviadas ao mecânico da Tecniaçores através dos mesmos Serviços. Actualmente está uma caixa na Terceira para reparar, encontrando-se a aguardar material sobressalente.

Neste momento encontra-se apenas avariado um tractor Same e um Fiat 605 vindo do P.P.A., com 5.000 horas que se encontra a aguardar material do estrangeiro através da firma Progril.

4 - A manutenção dos tractores é feita periodicamente, mas não podemos programar as avarias de modo que as máquinas se encontrem operacionais, nos períodos de ponta, que ocorrem de Março a Abril - época da sementeira dos milhos e de Outubro a Novembro correspondente à instalação dos "Outonos" para o gado.

Afora destas épocas as solicitações dos serviços motomecanizados têm períodos que quase se podem apelar de inércia e normalmente, como é lógico, correspondem aos períodos de menos avarias.

Resta-nos acrescentar que o Parque de Máquinas tem um Técnico Auxiliar, responsável por este sector, que põe todo o empenho em dar cumprimento à tarefa que lhe é incumbida.

Nas alturas de aperto todos os lavradores querem ser assistidos de imediato o que não é possível, mas estamos certos que se se procedesse a um inquérito entre os lavradores assistidos, as referências ser-nos-iam favoráveis.

Não temos quaisquer dúvidas que continuamos a prestar um bom auxílio à lavoura da Ilha Graciosa, mas também não podemos omitir que a existência

actual de 48 tractores, no domínio particular, poderá colmatar algumas lacunas que estes Serviços não podem responder. Por outro lado não se justifica, quanto a nós, uma aquisição de maior número de tractores para durante o ano trabalharem em pleno 4 meses e ficarem o resto do ano quase imobilizados.

Há a apontar ainda que nos períodos críticos de trabalho todos os tractoristas fazem horas extraordinárias, trabalhando aos Sábados e muitas vezes ao Domingo, procurando dar resposta, o mais humanamente possível, às solicitações inseridas.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Divisão: Nuno Manuel da Silveira Santos Costa.

Presidente: Srs. Deputados, não havendo inscrições para usar da palavra no Período de Antes da Ordem do Dia, vamos passar à Ordem do Dia.

O primeiro ponto é a Proposta de Resolução do Partido Socialista sobre a "Empresa Pró-Pico".

Pergunto ao Sr. líder do Grupo Parlamentar se quer apresentar a proposta. Tem a palavra o Sr. Deputado Ivo Soares.

Deputado Ivo Soares (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário da Agricultura e Pescas:

A situação da "Empresa Pró-Pico" já foi aqui discutida durante bastante tempo nesta Assembleia, foi levada talvez essa discussão para o saber-se quem é que teria mais responsabilidades na actual situação - se o Governo se a Gerência da Empresa, suponho que isso não é que é o ponto fundamental - e parece-nos que o problema é a situação em que se encontra uma grande fatia dos agricultores e dos lavradores da Ilha do Pico (e não só da Ilha do Pico) que vivem, fundamentalmente, da venda de 3 ou 4, ou por vezes meia dúzia de cabeças de gado, e da venda de alguns litros de leite por mês, leite esse que, quando é colocado na maior empresa do Pico, é pago ao fim de 5 ou 6 meses em média, e quando é colocado em pequenas cooperativas é pago normalmente ao fim do ano.

A situação em que se encontram estes lavradores, que têm na sua mão ou cheques sem provisão ou, ao que parece, também algumas letras emitidas pela empresa, pode tornar-se - caso não haja intervenção da parte do Governo Regional neste momento - dramática e pode tornar-se mesmo terrível.

Este é um dos motivos que nos leva a apresentar esta Proposta de Resolução.

- Será que, ao pedirmos ao Governo Regional a sua intervenção, este ficará com um precedente aberto? Não nos parece.

E não nos parece até pela própria história

da empresa. Sabemos que o Governo Regional, em determinada altura, entendeu elaborar um projecto de Matadouro Industrial para o Pico. Posteriormente, e perante o interesse desta empresa e o mesmo Matadouro, embora com uma dimensão mais pequena, o Governo Regional optou pela concessão, a essa empresa, dessa tarefa. E fê-lo de uma forma activa, intervindo com o empréstimo que, na altura, ao que parece, era de 45 mil contos sob formas vantajosas. Esses 45 mil contos eram um empréstimo vultoso e que, actualmente, vão corresponder, pelo menos, a mais do dobro.

Dá, não nos parecer descabido que o Governo Regional, agora, ao intervir, não o esteja a fazer, portanto, com um precedente assim muito grave porque tem responsabilidades. Se não seguiu a evolução da empresa, devia ter seguido porque, ao fazer um empréstimo deste vulto, deveria ter, pelo menos, exigido mecanismos de acompanhamento do funcionamento dessa empresa.

Tendo em conta estes pressupostos e a gravidade, para algumas pessoas, desta situação, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vem então propôr à Assembleia Regional que resolva o seguinte:

Encarregar a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros de acompanhar, com especial atenção, a evolução da situação da "Empresa Pró-Pico" e das medidas de política do Governo Regional a seu respeito.

Encarregar a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros da elaboração de um relatório técnico circunstanciado, sobre a situação financeira da empresa, as perspectivas da sua viabilização futura, e as possíveis medidas para minorar ou anular os prejuízos sofridos pela economia local.

Que, na elaboração deste relatório, a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros utilize todos os meios técnicos e humanos, facultados pelo Regimento para a realização do seu trabalho, procurando, nomeadamente, privilegiar a colaboração dos Deputados pela Ilha do Pico.

Que, se possível, o relatório seja entregue para apreciação na Assembleia, no decorrer da sua próxima reunião plenária.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas. Pretende fazer pedidos de esclarecimento à apresentação da Proposta?

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Eu pretendo dar um esclarecimento em relação à apresentação.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria começar por esclarecer - aliás já o fiz uma vez aqui nesta Câmara - que a "Empre-

sa Pró-Pico" é, de facto, uma empresa privada e de que os mecanismos de "intervenção", por parte do Governo, no sector privado, são mecanismos complexos e que obedecem a regras perfeitamente definidas.

Evidentemente que a "Empresa Pró-Pico", e ao montar-se o chamado Matadouro Industrial do Pico porque, em termos políticos de desenvolvimento da ilha, interessava que assim fosse, o Governo concedeu um empréstimo, em condições vantajosas, a essa mesma empresa. Aliás, não é caso único na Região que assim aconteça.

E precisamente porque assim o fez, tem seguido e acompanhado de perto, dentro da medida do possível, - e já explico porque é que é dentro da medida do possível - a evolução dessa mesma empresa. E até muito recentemente não se podia, de facto, afirmar que a empresa exteriorizasse razões de preocupação.

Chamo a atenção do Sr. Deputado de que, por exemplo, no caso da dívida dos 45 mil contos da empresa ao Governo Regional, o início do pagamento dessa dívida apenas se iniciou muito recentemente. Portanto, se essa empresa não tinha dívidas às instituições do Governo - outras que não até propriamente aquela que se relaciona com o empréstimo - se a empresa tinha quaisquer dívidas perante outras entidades privadas, incluindo a lavoura, são assuntos do foro estritamente privado já que, só a partir de uma data muito recente, é que se pode dizer que a empresa, perante o Governo, não começou a cumprir com o que estava estipulado.

Contudo, essa mesma empresa dirigiu ao Governo diversos pedidos de apoio, para além dos 45 mil contos já concedidos, e esse apoio fez com que o Governo se visse obrigado a fazer uma análise profunda à situação económica e à situação financeira dessa empresa.

Faço aqui saber que, parte substancial da situação financeira da empresa, é do foro do sigilo bancário e não é uma situação que possa sequer ser tornada pública porque isso existe em Portugal - o sigilo bancário.

Um pedido muito recente da empresa, feito ao Governo, para que fosse adiado o prazo de pagamento dos 45 mil contos com o pedido da concessão de mais 40 mil contos a fundo perdido, voltou a motivar, por parte do Governo, uma nova e exaustiva análise à situação dessa mesma empresa, tendo o Governo chegado à conclusão de que não estavam reunidas as condições mínimas para poder, em primeiro lugar, prorrogar o prazo de pagamento da dívida ao Estado e, em segundo lugar, conceder mais 40 mil contos - estes a fundo perdido.

Sendo assim, e tendo a empresa recebido já esta resposta, tudo aquilo que aqui se pede, em termos de relatório, o Governo possui isso.

Aliás, o Governo entende que isto é um problema nitidamente do seu foro, o Governo possui toda esta documentação, o Governo possui o mais aproximadamente possível, do que é possível nestas circunstâncias, conhece, de facto, a real situação da Pró-Pico, muita dela, volto a referir, do foro do sigilo bancário.

O Governo, como acto subsequente a todo este processo - e porque nessa empresa tem 45 mil contos - irá desenvolver os meios jurídicos ao seu alcance para que a situação caia totalmente sob o seu controle. Aliás, existem credores dessa empresa da mais variada origem.

É esta a questão que eu gostaria de esclarecer para que ficasse perfeitamente claro que o Governo não se alheou dessa situação, o Governo conheceu-a muito de perto, o Governo acompanhou-a diariamente desde há bastantes meses a esta parte e, até, já na vigência do Governo anterior, assim aconteceu.

Presidente: Sr. Secretário Regional, desculpe interrompê-lo, mas, aqui efectivamente há aqui uma dificuldade regimental: o Sr. Secretário Regional pediu a palavra para prestar um esclarecimento, depois da intervenção e da apresentação do Sr. Deputado Ivo Soares e, para isso, já está a usar tempos demais. Todavia, o problema resolve-se com a maior das facilidades: se não há mais perguntas sobre a intervenção do Sr. Deputado Ivo Soares, abre-se o debate na generalidade e o Sr. Secretário pode usar da palavra durante 20 minutos da primeira vez e mais 10 minutos da segunda... e nós ouvimo-lo com muito agrado.

O Orador: Peço imensa desculpa se, de facto, importanei a Câmara e não respeitei o Regimento...

Presidente: Não importuna, mas altera o Regimento.

O Orador: ...e, portanto, termino já. Se houver necessidade de mais algum esclarecimento, posteriormente poderei prestá-lo.

Presidente: Pergunto aos Srs. Deputados se há mais inscrições relativas e relacionadas directamente com a apresentação que fez o Sr. Deputado Ivo Soares.

Não havendo, fica aberto o debate na generalidade e os Srs. Deputados podem-se inscrever, e obviamente o Sr. Secretário Regional também e, nos termos regimentais, podem usar da palavra para duas intervenções e para pedidos de esclarecimento, protestos e contraprotostos. É só por uma questão de disciplina...

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Vou aproveitar a indisciplina regimental do Sr. Secretário para, nas minhas considerações, me referir às que foram feitas e situar, em

face delas também, a nossa pretensão.

O Sr. Secretário referiu várias vezes, para já noto uma certa estranheza pelo facto de falar em datas recentes. Não será segredo bancário, possivelmente, em que datas é que foram feitas essas análises. Percebi que teriam sido duas. Também aqui, em intervenções anteriores, referiu que teria sido feita uma auditoria no final de 84, se bem me recordo.

Mas tudo aquilo que foi referido sobre o passado da empresa, é um pouco secundário em relação ao texto e ao conteúdo da nossa proposta. Aquilo que o Governo sabe, nós também queremos saber. E temos instrumentos para saber e temos obrigação de saber! Temos um meio que parece-nos servir para isso, que é a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros.

Portanto, já verificámos que era uma situação grave, já verificámos que há "intervenções" do Governo nesta situação e queremos saber como é que tudo isso se passou. Parece-nos ser simples, parece-nos ser claro. Nem pedimos sequer a lua, nem pedimos a constituição de uma comissão especial. É só usar os meios normais que nós temos, é apenas uma chamada de atenção para essa situação: encarregar a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros de fazer esse trabalho, de fazer aquilo que lhe compete.

Aquilo que nós temos na nossa proposta é praticamente a repetição dos próprios termos regimentais que nós aplicámos a esse caso concreto, uma vez que, à Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, compete acompanhar a acção do Governo e da Administração nos domínios agrícola, financeiro, industrial e comercial.

O que nós pedimos é que a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros faça isso, nesse caso concreto, que, partindo daí, para esse acompanhamento, como se trata de uma situação em relação à qual o Governo já teve várias "intervenções", parece que vai ser forçado a ter mais; que a Comissão acompanhe as "intervenções" passadas e dê conhecimento ao Plenário desse tipo de "intervenção", de toda a política que o Governo faça a respeito dessa empresa, porque se trata de uma empresa numa situação especial, numa ilha em especial e com repercussões também especiais, dependentes do seu futuro.

Tudo isso interessa ou não ao conhecimento desta Assembleia? Interessa que ela participe e acompanhe, no conhecimento e na acção, o Governo em relação a esse assunto?

Se interessa, este é um meio de o fazer. O que nós pedimos é regimentalmente certo, é humanamente possível: é apenas a actuação desta Assembleia, através de uma das suas Comissões, para uma situação concreta. Não pressupõe nenhum juízo quanto às medidas ou quanto às conclusões.

Apenas pressupõe uma coisa: a vontade de conhecer, efectivamente, realmente, a situação.

Parece-nos que não é pedir demais; parece-nos que é apenas pedir para que esta Assembleia decida fazer, neste caso, aquilo que deveria fazer sempre. É pura e simplesmente isso que está em questão!

Presidente: Continua aberta a discussão. Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu creio que a "Empresa Pró-Pico" não se pode equiparar a uma empresa normal que tenha pedido, ou tenha conseguido, um empréstimo do Governo em condições especiais. É porque nós temos que atender fundamentalmente à opção! Houve uma opção do Governo Regional e ele é responsável, não só perante a empresa, mas perante a opção. Optou, em vez de construir um Matadouro Industrial na Ilha do Pico, que era uma melhoria para a ilha, por apoiar uma empresa. E eu concordo plenamente com o Sr. Deputado Fernando Faria que, naquela altura, a opção foi correcta. O Governo tem responsabilidades na opção!

Imagine o Sr. Secretário que a empresa segue os trâmites normais de falência: vai à arrematação pública, e um indivíduo qualquer arremata a empresa e leva-a para outro ramo qualquer. Tem todo o direito a fazê-lo!

- Onde é que está o Matadouro da Ilha do Pico? Vamos abrir de novo as Casas de Matança que foram fechadas, como disse (e muito bem!) o Sr. Deputado Natalino Viveiros, sem condições algumas de funcionalidade e higiene?

O Governo assumiu a responsabilidade perante o Matadouro da Ilha do Pico, embora investindo naquela empresa. É isso que está em causa! E é isso que preocupa! E este problema é muito sério e não é levantado aqui por questões políticas! É um problema que dói porque, quem está em causa, não é só o Governo nem a Banca; é aquele desgraçado que foi com um boi pela corda e que, sem papel e sem nada, confiou.

Além disso, eu gostaria de dizer aqui que é difícil, neste momento, dissociar - e estou dizendo com sinceridade - a presença do Governo da empresa. No Pico há a noção, há quase a certeza, de que o Governo também está ali. Poderão não concordar, mas eu ouvi na lancha um homem, a quem devem 700 contos, com as lágrimas nos olhos, a dizer: "Ó Sr., eles ainda o ano passado comeram todos juntos!"

O Governo Regional fez muitíssimo bem em estar na empresa num jantar. Acho muito bem! Mas o facto de ele ir lá jantar com aquela empresa, para o exterior dá uma imagem de segurança, de credibilidade e de confiança. Isto foi feito! E, naturalmente, não foi lá comer bolachas e

"chá de defuntos"! Foi lá normalmente. O Governo, naquela altura, deu essa imagem: uma imagem pública de credibilidade, de confiança.

É difícil dissociar a presença do Governo naquela empresa, ou até dizer: "O Governo não tem nada com isto! É uma empresa privada como outra qualquer"!

Não é bem assim! O Governo é responsável perante a opção que fez. Fez uma opção em relação a uma ilha. E nós podemos ficar sem Matadouro porque, se vai à falência, as Casas de Matança não têm nenhuma condições e não há Matadouro na Ilha do Pico. O Governo tem que gastar agora 100 mil contos para fazer um Matadouro!

Eu não sou técnico, mas o Sr. Deputado Natalino Viveiros disse aqui - com a presença ali e o espírito af, e acho muito bem que o Sr. o tenha feito - que "há que conjugar esforços". Eu queria saber o que é que quer dizer "há que conjugar esforços".

Foi com essa intenção apenas: a de salvar uma situação que é grave. Pedia desculpa ao Sr. Secretário e a alguns Deputados mas, nós que vivemos aqui, quer no Pico, quer no Faial e quer S. Jorge, sentimos mais isto porque diz respeito ao nosso povo. Também diz respeito a nós porque nós estamos aqui a representá-lo.

É uma tentativa séria. Poderá, digamos assim, não ter isto ou aquilo, mas é uma tentativa séria. A não ser que o Governo tenha na manga alguma solução e já saiba de antemão - se a empresa for para a falência - quem é que vai comprá-la e vai continuar com o Matadouro! Mas isto é arriscado porque, qualquer indivíduo, pode arrematar a empresa e pode levá-la para o ramo do peixe ou outra coisa qualquer. E onde está o nosso Matadouro?!

Era isto que eu gostava de dizer aqui.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na continuação dos esclarecimentos que eu dei, julgo que algumas questões têm que ser desdramatizadas, porque as pessoas que foram vender gado à "Pró-Pico" sem possuir documentos da sanidade desse gado, isso faz-se em qualquer ilha dos Açores e qualquer comprador de gado o faz da mesma maneira.

Não posso, de facto, estar aqui a citar nomes de empresas - nem sequer é o local próprio para isso e poderia induzir juízos de valor acerca delas próprias - mas, neste momento, outras ilhas dos Açores têm o mesmo problema - sem Matadouro - mas porque, a intermediários da compra de carne o fazem, e ainda não o pagaram.

No caso concreto das Flores, devem-se, neste

momento, milhares de contos à lavoura porque o intermediário, a quem também os lavradores faziam fé porque sempre comprava e pagava, o último gado que comprou, desde Novembro que não o paga.

O mesmo se passou na Ilha Terceira com empresas similares! O mesmo se passou na Ilha Terceira com uma empresa que, até por acaso, não é do sector de carne de bovinos, mas do sector da pesca!

Portanto, o acto da compra e venda de gado, quer seja pela "Empresa Pró-Pico", quer seja por outro intermediário qualquer, é feito sempre da mesma maneira.

Quando o Governo - e isto é preciso que fique muito claro - na opção que fez, que foi correcta, de dar os 45 mil contos à empresa, também fez um acto de fé na administração da empresa porque o projecto era correcto, foi acompanhado tecnicamente, o dinheiro apareceu. Simplesmente, e cuidado com as afirmações, nós não podemos estar aqui, friamente, a fazer juízos de valor acerca da gestão das empresas, de quem a conduziu, de quem o fez mal ou bem, de quem foi apenas para as empresas (sei lá!) com intuítos de, numa determinada altura, apresentar uma riquíssima face de pessoas, capazes de tudo e mais alguma coisa, e, de repente, tudo isto dá uma volta e se descobre que, por detrás de tudo isto, provavelmente não estava a gestão mais adequada, não estava a gestão mais séria!

O Governo, tal e qual como a lavoura do Pico, foi vítima também, se calhar, das mesmas circunstâncias. É o que eu vim aqui dizer, é que o Governo não está, de maneira nenhuma, alheado disso; o Governo está numa tentativa muito séria e muito determinada de salvar aquela estrutura, mas não o vai fazer pondo "dinheiro bom" em cima de "dinheiro mau"; não o vai fazer entregando dinheiro a pessoas que, provavelmente, não merecem a sua confiança; não o vai fazer a uma empresa que devia ter cumprido com determinado compromisso e não o fez!

Portanto, esta é que é a questão essencial, e temos que a separar clara e objectivamente de uma outra coisa que eu aqui disse: que o Governo, ao fazer a opção, é ao seguir essa opção, e ao seguir o dinheiro que lá pôs, não pode também, de facto, entrar no segredo dos empresários dessa própria empresa porque ela própria os contrafu junto da Banca!

São dados que transcendem, muitas vezes, a actuação simples do Governo e que, para se ter o conhecimento profundo deles, entra-se numa área que é uma área de sigilo bancário. Foi isso que eu quis aqui dizer! Não há nada escondido na manga, o Governo não sabe se alguém vai ou não vai comprar a empresa, não há nenhuma tentativa obscura ou cinzenta para transformar

aquilo noutra coisa qualquer! Há de facto, neste momento, perante os dados duma empresa que é privada - juridicamente privada - e como muitas outras instituições recebeu uma ajuda do Governo, e de o Governo estar atento e de conseguir salvar o património que ali está e pôr novamente ao serviço do Pico aquela estrutura.

E não confundamos a situação do abastecimento da Ilha do Pico, para comer carne, com o chamado "Matadouro Industrial", porque, é evidente, que uma Casa de Matança pode não ter condições, nem tem condições para ser "Matadouro Industrial", mas pode, perfeitamente, ter condições para abastecer as poucas cabeças de gado que as pessoas do Pico consomem!

Portanto, o Governo também, muitas vezes, é vítima (e foi vítima) e, provavelmente, quando tudo isto for posto a claro, será demonstrado que o Governor é vítima, não só nesse caso, de gestões que aparecem, de facto, envolvidas nas melhores das intenções - e há exemplos nesta Região de pessoas que, vindo de fora, o que vieram foi sacar o dinheiro que nós cá tínhamos - e, nessa altura, toda a gente, incluindo muita gente do Pico, achava que era a empresa mais séria do mundo. Mas quando se chega ao dia em que os dinheiros não aparecem, não se pagam as dívidas e o lavrador fica sem o dinheiro em casa (ai!) agora como é que é? Pois com certeza! Essa é que é a situação dramática porque, se o lavrador do Pico chora pelos seus 700 contos, vi eu lavradores das Flores chorando pela mesma coisa por uma outra empresa que não lhes paga desde Novembro, como vi lavradores da Terceira que não recebem dinheiros, de empresas semelhantes, há anos!

Estes actos de fé são feitos muitas vezes porque, 99% do gado vendido nesta Região, é feito desta maneira!

Portanto, o Governo está atento, o Governo quer, de facto, que aquilo continue a funcionar. Agora, o Governo também não pode é entrar em soluções que não sejam as soluções claras, objectivas, concretas e que salvaguardem os legítimos interesses das situações em causa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Este problema, como já foi aqui dito é, efectivamente, um problema extremamente importante. Não foi por acaso, naturalmente, que de várias bancadas desta Assembleia surgiram iniciativas para tratamento de alguma forma desta questão: um Sr. Deputado do PSD interveio no Período de Antes da Ordem do Dia sobre isto, há esta proposta de resolução do Partido Socialista bem como um requerimento, e tinha havido também, da parte do PCP, um requerimento sobre este

assunto.

Penso que isto demonstra a grande importância do assunto e a preocupação que ele motiva.

Ouvindo com atenção, como tenho procurado ouvir, no outro dia e hoje, gostaria de trazer aqui algum contributo, algum ponto de vista sobre o problema.

Tenho ideia de que há aqui duas questões diferentes. Uma delas, diz respeito ao papel do Governo, nesta situação desde o início do processo, da forma como foi concedida a verba referida de 45 mil contos, nas condições excepcionais em que o foram, da forma como o Governo terá ou não avaliado o projecto, da forma como terá ou não acompanhado o evoluir da situação. Efectivamente, compete a esta Assembleia Regional, dentro das suas atribuições de fiscalização da actividade do Governo, a observação desse problema.

Nessa medida, queria dizer, desde já, que estou de acordo com a resolução do Partido Socialista, na medida em que encaminha o assunto no sentido do exercício por esta Assembleia da sua actividade de fiscalização da actividade do Governo.

Está proposta de resolução do Partido Socialista tem até mesmo algum ponto de contacto, embora não seja idêntica, como é óbvio, com o procedimento que tenho observado à Mesa desta Assembleia, de mandar, recentemente, para Comissões certos assuntos, certas posições que foram trazidas por cidadãos e que, pelo menos em 2 ou 3 casos que me recordo de ter ouvido outro dia por despacho do Sr. Presidente, vão baixar a Comissão para a Comissão analisar e fazer relatório sobre o problema. Nesses casos, vai a Assembleia, através de uma sua Comissão, também debruçar-se sobre problemas da actividade do Governo. E aqui há um ponto de contacto com esta proposta do Partido Socialista que, neste sentido, penso que merece aprovação.

Tenho a ideia de que é de todo o interesse ir-se ao fundo do problema. Penso que não se pode pôr em causa a afirmação do Sr. Secretário Regional de que o Governo está conhecedor da situação. Mas, se está conhecedor da situação, então será bastante mais fácil a esta Assembleia também o ficar. Esta é a primeira questão.

A segunda questão diz respeito aos reflexos desta situação na vida económica e na vida social na Ilha do Pico, na Ilha do Faial, na Ilha das Flores e, eventualmente, S. Jorge e outras.

Esse aspecto do problema tem a ver com a evolução que esta empresa pode ter. É um problema de natureza económica e social que nem esta Assembleia nem o Governo têm, de facto, o direito de se alhear.

O Sr. Secretário Regional afirmou que o Governo procura acompanhar e encontrar caminho para

a solução. Também tem que se fazer fé da afirmação do Sr. Secretário Regional, mas esta afirmação, de forma nenhuma, inviabiliza esta Assembleia de, dentro das suas competências, acompanhar a questão.

Eu devo dizer que estou de acordo, no fundamental, com a intervenção do Sr. Deputado Serpa. E estou de acordo no fundamental com a intervenção do Sr. Deputado Serpa, bem como com a intervenção do Sr. Deputado Fernando Faria na passada quinta-feira, salvo erro, porque, efectivamente, o problema do Matadouro Industrial do Pico, foi - para além de uma iniciativa económica da iniciativa privada - apresentado, na altura em que surgiu, como uma questão política, como uma resolução de um problema do Pico, como um factor de progresso daquela ilha, em que o Governo Regional, através de vários dos seus elementos mais destacados, na altura, se empenharam a fundo no sentido, digamos, de criar a imagem, possivelmente até com justiça na medida em que o Governo se tinha metido no assunto, de que havia uma intervenção governamental para resolver um problema do Pico, por um lado, e para criar um factor de progresso para o Pico, por outro lado.

Nesta medida, também não se pode - e estou de acordo com o Sr. Deputado Serpa quando o diz - colocar isto apenas no plano dum mero incentivo económico normal, dado pelo Governo Regional a uma empresa privada que está a desenvolver a sua actividade.

Por outro lado, e para finalizar, gostaria de fazer uma nota sobre uma parte que ouvi, com muita atenção, da intervenção do Sr. Secretário Regional, que me parece extremamente importante e que diz respeito ao desaproveitamento de meios financeiros desta Região por determinadas entidades, empresas, aventureiros, aos quais foi feita muita fé (toda a fé), foram-lhes entregues somas vultuosíssimas e, efectivamente, para progresso para a Região, para postos de trabalho, etc., etc., não só não ficou nada, como ficaram mazelas e feridas.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

O Parlamento tem presente, neste momento, uma proposta de resolução muito concreta.

Nós pensamos que não é, de facto, este o momento, embora seja esta a sede, para, em profundidade, se debater esta questão, na medida em que, neste preciso momento, sabe-se que existem problemas nesse sector, existem dificuldades, mas faltam a este Parlamento determinados elemen-

tos de análise que o possam habilitar, na altura própria, (então sim!) a emitir um juízo de valor na matéria.

Disse o Sr. Secretário Regional há pouco - e reconheço-lhe razão naquilo que disse - que fazer-se, neste momento, um juízo de valor para apuramento da situação, não era a altura própria - e eu estou de acordo que não era a altura própria - porque poderia ser precipitado.

Precisamente para que não haja precipitações nesta matéria nem se responsabilize, sem elementos sólidos, quem tiver culpas neste caso, é que o Partido Socialista pretende, através desta proposta de resolução, que o Plenário fique, na altura própria, devidamente habilitado a poder discutir, na presença de todos os elementos, e a emitir um juízo de valor.

Disse o Sr. Secretário Regional que o Governo tem um conhecimento aprofundado desta situação. Bem bom que assim é, porque, o que nós pensamos que irá incumbir a esta Comissão da Assembleia, é ouvir, da parte do Governo, o que o Governo tem a dizer; ouvir da parte da administração da empresa o que a administração tem a dizer; e ouvir da parte dos demais credores da empresa - os lavradores, como aqui já foi referido, os criadores de gado, os comerciantes de gado - aquilo que eles próprios têm a dizer.

E nós pensamos que é em função destes elementos recolhidos destas três partes, que o Parlamento deverá ficar devidamente habilitado a poder emitir o seu juízo de valor e a imputar as responsabilidades a quem lhes caberá.

É, portanto, neste sentido que surge esta proposta de resolução.

Estatutariamente compete à Assembleia Regional fiscalizar os actos do Governo e, neste caso, o Governo assumiu determinados actos.

Compete a este Parlamento debruçar-se sobre os problemas desta Região e, neste momento, essa empresa tem problemas que afectam a Região.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós pensamos que, nem o Governo terá nada a obstar que este órgão máximo da Autonomia Regional, nem nenhum deputado deste Parlamento terá nada a obstar, no sentido de que uma Comissão da Assembleia Regional dos Açores possa desenvolver as acções necessárias com vista ao apuramento da situação. E só perante o relatório final da Comissão, então, sim, é que penso que estarão criadas as condições para, na posse de todos os elementos, o Parlamento poder realizar e efectivar um juízo de valor e decidir do apuramento das respectivas responsabilidades.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Secretário Regional pede a palavra para algum esclarecimento ou protesto em relação ao que foi dito?

Secretário Regional da Agricultura e Pescas

(Adolfo Lima): É só para um muito pequeno esclarecimento em relação ao que foi dito.

Presidente: Tem a palavra.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas

(Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Governo possui - e volto a reafirmar - a análise profunda desta empresa porque a acompanhou sempre de perto, mas uma coisa é fiscalizar os actos do Governo e outra coisa é fiscalizar os actos da empresa.

Evidentemente que, numa determinada altura, estas coisas, sob o ponto de vista financeiro, podem estar muito ligadas, mas são, de facto, duas coisas substancialmente distintas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, se for para um esclarecimento ou um protesto em relação a este assunto.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): É para um curtíssimo esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Então tem a palavra.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Disse há pouco o Sr. Secretário Regional - e estou de acordo consigo - de que, neste caso, existem algumas dificuldades que transcendem, para efeitos de apuramento, a própria competência do Governo.

Obviamente que assim é. De qualquer forma, o Parlamento, como órgão máximo da Autonomia Regional, tem as suas próprias competências e eu penso que, mesmo para aquelas que não tenha, pode requerer a intervenção de entidades oficiais, existentes na Região, para actuarem e intervirem nesta matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Foi aqui referido, aliás na repetição do que se disse outro dia, a situação da empresa.

Eu devo dizer que penso que, neste momento, este debate e, inclusivamente, atrever-me-ia a dizer, sem ofensa, a presença do Governo Regional, introduzindo dados que foram, em parte, a repetição dos anteriores, foi perturbador do debate no sentido de que se trata de esta Assembleia tomar uma resolução interna, que apenas a ela diz respeito, que não implica juízos, que não implica absolutamente nada: implica, apenas, um juízo a respeito de si própria.

A situação da empresa e as situações que à volta dela estão conexas (sociais e económicas) servem apenas de pano de fundo para essa decisão. E esta proposta de resolução foi tomada, em grande parte, com base no debate que se fez aqui há poucos dias e com base nos dados que aqui foram deixados.

Suponho que os dados acrescentados, neste momento, não vieram alterar a situação de fundo que nós conhecíamos. E é nesse pano de fundo, e apenas nesse pano de fundo como tal, que nos interessava (e nos interessa) tomar uma posição: uma posição de exercer ou não um determinado poder, uma determinada competência desta Assembleia.

Por isso, como já foi referido pelo meu camarada José Manuel Bettencourt, o debate final não é para se fazer agora. O debate a fazer, neste momento, é apenas uma resolução interna desta Assembleia para a qual se dispensava, em face do debate anteriormente já feito, a presença do próprio Governo.

É evidente que novos dados poderão ter sido fornecidos, mas serviram apenas para carregar, ou aliviar mais, as cores desse pano de fundo, não vindo acrescentar nada, ou alterar nada, em relação à situação que nos levou a apresentar essa proposta de resolução.

Era este aspecto que eu gostava - e repetindo o que foi dito anteriormente - de deixar claro para a Assembleia se poder pronunciar, conscientemente, sob o aspecto que lhe é pedido, e exclusivamente apenas esse: sob o aspecto que lhe é pedido o pronunciamiento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sob o nosso ponto de vista é preciso não deixar de ter presente o conteúdo da proposta de resolução aqui apresentada.

Efectivamente, ele vem - entendemos nesse sentido - na sequência lógica do que já se passou, durante este período legislativo, aqui nesta Assembleia.

Daí que é preciso não termos a tentação de darmos nesta Sessão, o conteúdo à própria proposta de resolução. Isto é: esta Assembleia, na prática, não deve substituir a Comissão competente e, desde já, começar, digamos, a dar corpo ao que aqui se pede.

Daí que - e cingindo-me ao que está em discussão, uma vez que todos nós temos consciência da gravidade da situação que já foi aqui exposta pelas mais diversas formas - ache que a presença do Sr. Secretário e os contributos que aqui foram dados, num ou noutro aspecto, podem ser importantes para o que se pretende, na medida em que foi aqui muito claramente afirmado que o Governo possui estudos completos e exaustivos sobre a situação, por um lado, e, por outro, também, que está na posse da documentação necessária à real apreciação da situação da empresa.

Julgo que esses elementos dão-nos a perspectiva de que o trabalho a ser desencadeado pela Comissão está, em certa medida, digamos, facilitado e

vai ao encontro do que já foi feito pelo Governo, ou, por outras palavras, a Administração Regional está em óptimas condições, pelo que aqui foi dito, para elucidar a Comissão competente desta Assembleia.

Assim sendo, parece-nos que estão reunidas as condições, sob o nosso ponto de vista, para aprovar a proposta de resolução do Partido Socialista.

De resto, a continuarmos no estilo que esta Assembleia tem vindo até agora a desenvolver, estamos perante uma flagrante desigualdade: é que, por um lado, o Governo possui os elementos indispensáveis, e pelos vistos necessários, para o diálogo, e, da nossa parte, o que se pretende é exactamente colocarmo-nos em pé de igualdade para essa discussão.

Logo, sob o nosso ponto de vista, o que importa, neste momento é a Assembleia decidir pela aprovação da proposta de resolução para que, num futuro relativamente breve, possamos então efectuar aqui um debate com as condições mínimas para quem pretender intervir.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Monjardino.

Deputado Álvaro Monjardino (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Estamos com mais um debate, nitidamente parlamentar, com todos os ingredientes para um confronto entre o partido que dá cobertura ao Governo e os representantes da oposição.

Existe uma situação social e económica difícil e existe, conseqüentemente, um magnífico pretexto para tentar encostar o partido que tem responsabilidades governamentais à parede, e, na medida do possível, pô-lo à bulha, nomeadamente, com a sua representação parlamentar.

Isso está rigorosamente certo! Isto faz parte da dialéctica dos regimes parlamentares e ninguém se pode escandalizar com isso! Tem que ser, obviamente, tratado segundo ópticas que, pela própria natureza das coisas, não são coincidentes conforme se está de um lado ou doutro desta bancada. E quando, como é o caso, existe nesta Região uma substancial maioria, pois é essa maioria que tem que carregar com os custos da decisão responsável, visto que é ela que está investida da respectiva responsabilidade.

De maneira que, este Grupo Parlamentar, o que vai tentar aqui fazer é uma reflexão calma e fria sobre aquilo que estamos a discutir, sem se demitir também de fazer uma pequena referência àquilo que, em termos de uma opinião pública que não me parece que haja grande preocupação em verdadeiramente esclarecer, eventualmente se pretende.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós temos aqui uma proposta de resolução que, como geralmente é costume neste tipo de coisas, ocupa

mais papel com considerandos do que, propriamente, com o texto proposto para a própria resolução.

- O que é que se pretende que esta Assembleia resolva? - Que se encarregue uma Comissão da própria Assembleia, da qual por acaso eu faço parte com três dos meus amigos deputados da oposição, de:

1ª - Acompanhar, com especial atenção, a evolução da situação em determinada empresa da Ilha do Pico e das medidas de política do Governo Regional a seu respeito.

2ª - Encarregar a mesma Comissão de elaborar um relatório técnico circunstanciado sobre a situação financeira da empresa, as perspectivas da sua viabilização futura, e as possíveis medidas para minorar ou anular os prejuízos sofridos pela economia local.

3ª - Que a Comissão utilize todos os meios técnicos e humanos, nomeadamente recorrendo aos Srs. Deputados da Ilha do Pico.

4ª - Que o respectivo relatório, se possível, seja entregue na próxima reunião plenária que, se não houver nada de extraordinário, será, o mais tardar, em Setembro.

Isto é o que se pede! Mas, dos considerandos e dos argumentos aqui apresentados, nós verificamos que há premissas muito diferentes destas conclusões.

Reparem os Srs. Deputados, repare o povo dos Açores, que não se pede à Comissão que resolva o problema das pessoas que não receberam os seus pagamentos! Reparem, Srs. Deputados, repare a opinião pública que quiser esclarecer-se!

E, todavia, a força dos argumentos, desde as centenas de contos até às lágrimas, está é no pobre lavrador que não recebeu o seu dinheiro. Isto não tem nada que ver com aquilo que se pede a uma Comissão desta Assembleia que investigue!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Está escrito! Acabou de ler...

O Orador: E não tem, nem podia ter, porque não compete à Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros resolver um problema de natureza social, nem resolver problema nenhum, e apenas pronunciar-se...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Então não lhe compete nada?!

O Orador: Srs. Deputados, eu não estou a tentar um conflito, não estou zangado, e espero que ninguém se vá zangar. Posso ter-me entusiasmado talvez em excesso...

Deputado Carlos César (PS): Está só a entusiasmar-se...

O Orador: ...mas vou voltar ao meu tom. É natural que se zangue, Sr. Deputado Carlos César! Há quem não tenha outras alternativas, sobretudo à falta de poder de argumentação na altura própria...

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Srs. Deputados...

Deputado Carlos César (PS): Deputados da banana!

O Orador: Isso com certeza que não é comigo, Sr. Deputado Carlos César!

Deputado Carlos César (PS): Não... não!

O Orador: Agradecia-lhe o favor de não me interromper...

Deputado Carlos César (PS): Ninguém o interrompeu!

O Orador: ...o Sr. Deputado deverá compreender que não é com argumentos desse género que se perturba uma argumentação que tem uma linha... e que vai obviamente continuar!

Ora bem, eu queria referir o seguinte sobre este assunto:

Uma investigação, a levar a efeito por uma Comissão Permanente desta Assembleia Regional, e a estar tendencialmente concluída na Sessão de Setembro, eu tenho obrigação de lhe dizer, por razões de ordem exclusivamente prática, é completamente inviável. Apelo para os Srs. Deputados das oposições, que são meus colegas na Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros, que ontem estiveram reunidos comigo para nós programarmos o nosso trabalho para os meses de Verão, para terem e poderem confirmar que é completamente impensável que a Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros, no mês de Julho, no mês de Agosto e no mês de Setembro, possa fazer nada que não seja o seu trabalho regimental, sobretudo quando tem à sua conta apreciar - o que se vai fazer pela primeira vez - a Conta da Região Autónoma dos Açores relativamente a 1983.

Nós, ontem à tarde, depois deste Plenário, estivemos reunidos, programámos o nosso trabalho - que vai ser inovador para não dizer pioneiro - julgo que vai ser um trabalho com algum interesse, e vamos estar completamente ocupados numa matéria que, se for levada a efeito com um mínimo de exigência, vai significar um trabalho que, pela primeira vez, é feito nesta Assembleia Regional.

De resto, era bom termos presente o seguinte: é da competência regimental desta nossa Comissão (está aqui no artigo 31º) "habilitar o Plenário com os elementos que lhe permitam apreciar os actos do Governo e da Administração Regional nos campos agrícola, comercial, industrial, transportes e turismo, etc., etc., etc...".

Está aqui! Se a única coisa que se pretende é que a Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros cumpra a sua obrigação, haverá que reconhecer que, com esta resolução, se está a tentar arrombar uma porta aberta porque a Comissão tem essa obrigação! E não se diga que

já têm sido remetidas às Comissões Permanentes desta Assembleia questões especiais que sobem ali à Presidência da Assembleia. Af é uma questão completamente diferente! Af é a Presidência da Assembleia que, para sua elucidação e elucidação do Plenário, encarrega a Comissão que, relativamente a um ponto concreto, habilite o Plenário com uma informação especializada.

Ora, Srs. Deputados, o que aqui se pretende, das duas uma: ou é, efectivamente, chamar a atenção da Comissão para um dos muitos problemas relacionados com a actividade da Administração que, por rotina, compete à Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros acompanhar, relatar e criticar; ou se pretende um trabalho altamente especializado que, inevitavelmente, teria que ser cometido a uma Comissão Eventual - possivelmente a uma Comissão de Inquérito.

Se, efectivamente, o que se pretende (atenção, Srs. Deputados, isso é absolutamente legítimo!) é realmente um trabalho aprofundado sobre um problema localizado, com implicações que eu diria que são de natureza interdisciplinar e que vão desde a atitude do Governo, e sob a filosofia do Governo até, no que diz respeito a apoio a empreendimentos privados, até aos problemas económicos e sociais dos criadores de gado da Ilha do Pico, eu então diria que a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, sobretudo com um lapso até pequeno, está incapacitada para responder a uma coisa destas. E se esta resolução fosse aprovada, nós estaríamos efectivamente a pretextar títulos de jornais amanhã - jornais que até, talvez, não fossem só da Região Autónoma dos Açores conforme tem sido aqui circulado em fotocópias - e teríamos...

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Não é o "Diabo"!...

O Orador: ...e teríamos, então, uma Comissão que não poderia - pelo menos em tão curto lapso de tempo - fazer este trabalho, sob pena de estar a prejudicar trabalhos muito sérios que lhe estão cometidos e que nós tencionamos levar a cabo com todas as nossas capacidades.

De maneira que, fique muito claramente entendido, este Grupo Parlamentar em nada se opõe, em nada se oporá, a que o caso da Pró-Pico seja correcta, rigorosa e exaustivamente investigado por esta Assembleia Regional. Mas não se encarregue uma Comissão, que nem sequer tem sido a que tem trabalhado mais, mas também não é a que tem trabalhado menos; que ao longo de todo este ano se tem visto solicitada a produzir tais relatórios que ainda não pôde sequer, com um mínimo de cuidado, se debruçar sobre as actividades, geralmente consideradas, da Administração Regional nos sectores que tem à sua conta; não se peça a esta Comissão que vá fazer uma coisa que nós todos temos que ter a consciência que

ela não pode, nestas condições de tempo, fazer - fazer com um mínimo de consistência e com um mínimo de seriedade.

É por isso, Srs. Deputados, que eu estava a dizer no princípio: "Nós não nos estamos a zangar e, rigorosamente, nem sequer estamos em desacordo!"

Eu penso que estamos de acordo. Mas, justamente, com a responsabilidade que tem que existir do lado de cá, nós temos que contrapor que o caminho que os Srs. Deputados apontam não é o caminho adequado, não é o caminho que leve a nenhum resultado que valha a pena procurar, e não é o caminho que ajude a resolver nenhum dos problemas que, efectivamente, nem são só económicos: são apenas de natureza social.

Eu poderia fazer outros comentários relativamente ao que, implicitamente, de alguma maneira resulta dos considerandos desta proposta e que tem que ver, justamente, com as situações difíceis que se criaram. Isso já tem muito que ver com a filosofia política; isso já tem muito que ver com aquilo que cabe, já não ao Governo, mas aos órgãos desta Região, no que diz respeito aos interesses privados que foram mal acautelados pelos seus próprios titulares, enfim, às boas-fés que foram ludibriadas, ao dever que possa ter o Governo de dispôr de dinheiros que não são dele para resolver problemas de dinheiro de pessoas que, efectivamente, ou por negligência, ou por boa-fé, foram, de facto, iludidas?!

Eu creio que é absolutamente prematuro estarmos a desenvolver, neste momento, e a propósito, repito, desta resolução prática, pontos desta natureza.

Aceitaremos perfeitamente que, num outro contexto, possa vir a ser proposta, repito, a criação de uma Comissão Especial de Inquérito, que possa, em exclusividade de tempo, lançando mão dos meios necessários, habilitar esta Assembleia a sério, com uma panorâmica completa, e propôr soluções positivas sobre esta situação da Pró-Pico - como esta haveria muitas outras, em muitos outros lugares, conforme o Sr. Secretário Regional aqui já referiu.

Tudo isto pode estar ligado com a maneira como tem sido - e também já aqui foi mencionado - desenvolvido todo o processualismo ligado ao apoio a empresas privadas, que se tem esperado, de alguma maneira, que possam ser instrumentos de progresso regional. Seria uma outra matéria muito interessante para reflectir, logo que haja oportunidade para tanto.

Concretamente - repetindo e resumindo o mais depressa que posso - nós entendemos que a resolução, tal como vem proposta, não tem, na prática, um conteúdo útil pelas razões que eu acabo aqui de indicar e que, conseqüentemente, se veriam frustradas se a mesma resolução fosse aprovada.

Fique claramente repetido que isto não significa, de maneira nenhuma, qualquer obstructionismo a que se leve a efeito um estudo sério, completo, radical, com todas as exigências, com uma Comissão pluripartidária, aos problemas concretos que esta Assembleia entender, com a sua responsabilidade política, que mereçam ser investigados pelos seus representantes.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

O Sr. Deputado Álvaro Monjardino expendeu habilidosamente uma tese para as suas próprias pretensões - não sabemos ainda se as pretensões globais do Grupo Parlamentar do PSD, mas sabemos, obviamente, na altura da votação.

Devo dizer que, com estas minhas palavras, manifesto, de facto, como sempre manifestei, a minha admiração pela forma habilidosa com que o Sr. Deputado Álvaro Monjardino se assume como parlamentar. Não posso, contudo, dar a minha concordância aos argumentos, pelo Deputado Álvaro Monjardino, agora expendidos. E não posso dar o meu aval a duas insinuações que o Sr. Deputado Álvaro Monjardino proferiu, relativamente ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, de que, por um lado, não haveria uma intenção séria e honesta do Partido Socialista de se esclarecer, perante a opinião pública, a razão deste problema, e, por outro lado, que o Partido Socialista não estava preocupado em resolver o problema dos credores da Pró-Pico.

Não podemos, de facto, evitar isso porque a nossa proposta, Sr. Deputado Álvaro Monjardino, é uma proposta honesta e que não dá azo a se poder pôr em dúvida de qualquer forma.

Neste sentido, nós pensamos o seguinte: estamos num Parlamento que, como disse o Sr. Deputado Álvaro Monjardino, tem uma maioria, tem o partido maioritário, obviamente suporte ao Governo, e existe a oposição.

E disse o Sr. Deputado Álvaro Monjardino uma coisa que a mim me causou uma certa estranheza, e que não compreendi, e gostaria que pudesse precisar-se se fizesse o favor: de que a intenção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, de que a intenção, neste momento, do maior partido da oposição regional, era a de "pôr à bulha" o partido que suporta o Governo com o próprio Governo.

Não compreendo, de facto, porque, se não existirem responsabilidades e culpas na actuação do Governo nesta matéria, e daí que, na minha primeira intervenção, tivesse o cuidado de dizer que não era agora a altura para se discutir isso, se não existirem problemas aí, não há

bulha entre a maioria. Se, existir, a maioria é que terá que resolver internamente essa sua própria situação.

Portanto, se o Governo não tem culpas, ou não tiver culpas neste caso, com certeza que a maioria não terá qualquer problema, muito menos de ficar à bulha, com o próprio Governo. Isso é uma situação que se verá na altura em que é que pode resultar!

O Sr. Deputado Álvaro Monjardino põe como dificuldade a capacidade da Comissão dos Assuntos Económicos, neste momento, poder assumir essa função. Eu não tenho conhecimento, pessoalmente, da agenda, que creio que seja carregada, da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, mas seria mais um ponto a incluir na sua já pesada agenda. O que não me parece curial é que se possa dizer: "não aprovamos esta resolução porque a Comissão dos Assuntos Económicos não é capaz, ou não pode, desenvolver esta missão".

O que o Parlamento pretende é habilitar-se sobre este caso. E como isto, tendo obviamente reflexos de carácter social, mas tendo por origem uma situação na área económica, é que nos pareceu óbvio que seria através da Comissão dos Assuntos Económicos. Se a Comissão dos Assuntos Económicos não pode, neste momento, desenvolver esse trabalho, com certeza que o Grupo Parlamentar do meu partido, através da sua direcção, irá pronunciar-se da forma que for mais adequada.

Uma última referência somente, que é a seguinte: é que, no ponto 4 da proposta de resolução, se faz expressamente referência à expressão "se possível até".

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu começava por fazer um desafio à bancada do PSD, e às afirmações feitas, para comprová-las ou não o Sr. Deputado Álvaro Monjardino.

O Sr. Deputado Álvaro Monjardino pretende que a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros não tem condições. Deu-nos isso de barato - e eu hei-de provar que tem, quer de meios, quer de tempo, e que a nossa proposta prediz, como também já é claro - e eu desafio o Sr. Dr. Álvaro Monjardino a usar os mecanismos regimentais para provar que lhe interessa uma Comissão de Inquérito.

Isso é muito simples! Isso foi utilizado ontem: propostas de resolução surgiram várias e surgiram propostas de alteração.

Não nos custa absolutamente nada! Apenas quisemos usar um mecanismo normal do Regimento desta Assembleia - que é usar uma Comissão que já existe. O Sr. Deputado Álvaro Monjardino prefere uma Comissão que não existe, porque

nós queríamos uma que já existia.

Portanto, eu desafio o Sr. Dr. Álvaro Monjardino a apresentar nos termos regimentais, ainda o pode fazer, estamos na discussão na generalidade - uma proposta de alteração para, onde se lê "Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros" leia-se "Comissão Especial de Inquérito" para esta situação, e, assim, teremos comprovado se, efectivamente, o Sr. Dr. Álvaro Monjardino - por enquanto apenas Sr. Dr. Álvaro Monjardino - está ou não interessado no tal conhecimento aprofundado e radical da situação que se relaciona e que aqui vem referida.

Se aquela vontade é realmente uma vontade eficaz, tem um modo de se concretizar: é uma proposta de alteração. Se ela não aparecer, nós fazemos a proposta de alteração. Também podemos assumir a proposta de alteração à nossa própria proposta, se é efectivamente esse o problema (que não é!), não é sequer o problema apontado nos outros tempos do Sr. Dr. Álvaro Monjardino: não é pôr à bulha, não é impedir o esclarecimento, não é nem sequer considerar as consequências derivadas de toda essa situação.

Isso também está claro! Está aí em frente! E eu não vou ler, porque faria ofensa às pessoas que têm a proposta na sua frente. Não leio para não fazer essa ofensa, porque o Sr. Dr. Álvaro Monjardino, pretendendo acentuar a ideia de impossibilidade, atirou para previsões absurdas que, pelo próprio conteúdo da nossa proposta, estão arredadas: o problema do tempo. Está lá bem claro que é "se possível"!

Mas vejamos a programação, que é interessante ver, da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros: ela tem uma programação para ver a Conta de Gerência de 1983, que é uma questão histórica neste momento. Isto não é uma Academia de História! Isto é um órgão político!

Por que é que essa Comissão não pode fazer esperar o relatório de 1983 por mais 2, 3 ou 4 meses, que pode ser apreciado vagarosamente, serenamente, durante um ano ou dois, porque terá de dizer que em 83 as coisas se passaram ou bem ou mal, ou se deviam ter passado de outra forma, e, não troca (isso é impossível à Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros?) essa programação pelo trabalho que aqui vem proposto? Qual é a dificuldade? Haverá problema em fazer esperar a Conta de Gerência da Região de 1983 mais 3 ou 4 meses, mais um Verão ou mais um Inverno, se for necessário, e tomar o conhecimento, e trabalhar para que se conheça o problema que é candente, que é de hoje, e que esta Assembleia dá a impressão que pretende, ou que tem receio, é de sujar as mãos? - Ela tanto tempo há-de encolher as mãos que há-de ficar com elas limpas, ou melhor, fica é sem mãos.

Era isso que se pretendia que não acontecesse:

é que, neste caso, a Assembleia, se necessário, sijasse as mãos!

Então, quem há um dia ou dois nos desafiou para que esta Assembleia não se esquecesse das suas próprias responsabilidades em relação a iniciativas legislativas, agora pretende arrumar isso em relação a um assunto que necessita de ser considerado, necessita do conhecimento aprofundado, radical, perfeito e profundo desta Assembleia?!

Se o Governo tem o conhecimento, vamos lá buscá-lo! É o que nós propomos: que vamos buscar o conhecimento que o Governo tem. Não é mais do que isso! Metade do trabalho está feito, como já foi acentuado. Já sabíamos que havia uma auditoria de Dezembro, sabemos que agora houve dois inquéritos. Pois bem: somando tudo dá 3, e se não dá 3 dá 2. Isto é metade do trabalho feito!

Mas, a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros, "se possível", não pode fazer este trabalho? Pode.

No artigo 107º, nº 2, do Regimento, diz-se que "qualquer outro deputado pode participar, sem voto, às reuniões, sempre que a Comissão o autorizar". É uma situação prevista aqui e para que pedimos a colaboração dos deputados da Ilha do Pico.

No artigo 108º, nº 2, lemos que "as Comissões podem solicitar ou admitir a participação nos seus trabalhos de funcionários de departamentos regionais, ou de dirigentes ou de técnicos de quaisquer entidades públicas, desde que autorizados pelos respectivos superiores hierárquicos". Mas suponhamos que os superiores hierárquicos entendem que não, ou seja, que a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros teria o Verão prejudicado se tivesse os funcionários a trabalhar para ela?!

Ainda tem outra possibilidade no artigo 109º, c), onde se lê "requisitar ou propor a contratação de especialistas para as coadjuvar nos seus trabalhos".

Esse trabalho que é pedido, com as possibilidades que estão aqui abertas pelo Regimento, não o pode fazer a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros? Pode fazê-lo, e pode até mandá-lo fazer! O Regimento é claro: pode mandá-lo fazer! Resolva-se ela a mandá-lo fazer; resolva esta Assembleia a mandá-la fazer. Por acaso, tem técnicos na própria Comissão que o podem fazer. Mas, se eles não puderem, ou se não quiserem fazer esperar a Conta da Região, se não quiserem entregar em Setembro, pois entreguem em Novembro ou em Janeiro.

Para que é que servem as prorrogações de prazo? Ainda ontem se fazia a programação dos Económicos e Financeiros, "se possível", até ao fim de Agosto, creio eu. "Se possível", repito,

porque, se não for possível, a Mesa aceita todas as prorrogações de prazo. A Assembleia também aceita as prorrogações! Mas, em todo o caso, fica de pé o desafio: se o Dr. Álvaro Monjardino quer o conhecimento aprofundado, se não está é a preservar ou a defender o Governo desta Assembleia - o que é perfeitamente absurdo porque a sua missão é precisamente a de saber o que faz o Governo e o Governo diz que tem lá esses conhecimentos embora a Comissão possa acrescentar mais alguns - o Regimento faculta-lhe todos esses meios.

Simplesmente, querem uma Comissão de Inquérito apenas porque nós pedimos que não se criasse uma nova Comissão. Se nós tivéssemos pedido que se criasse uma nova Comissão, quereriam a Comissão dos Económicos e Financeiros, ou uma pessoa, até, quereria a Comissão dos Económicos e Financeiros.

Ou a Comissão dos Económicos e Financeiros, ou a Comissão de Inquérito, ou toda a Assembleia a trabalhar nesse assunto, ou todas as Comissões juntas - o que quiserem - mas permitam que esta Assembleia conheça, como é da sua responsabilidade, a actuação do Governo num sector. Se querem permitir, indiquem o meio que quiserem. Nós estamos abertos a todos os meios.

Deputado Fernando Faria (PSD): Eu já pedi a palavra há um quarto de hora, Sr. Presidente!

Presidente: Então tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César que já a tinha pedido há 20 minutos.

(Risos da Câmara)

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devolvo já a palavra ao Sr. Deputado Fernando Faria, na medida em que, a intervenção do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS, foi absolutamente esclarecedora e procedeu à desmontagem, que era necessário fazer, da linha, frequentemente interrompida, de raciocínio do Sr. Deputado Álvaro Monjardino.

Efectivamente, a questão resume-se na argumentação expandida pelo Grupo Parlamentar do PSD à nova versão, de que então se fizesse uma Comissão de Inquérito.

Não são os pequenos aspectos de pormenores, aqui mencionados, que desvalorizam a iniciativa do PS neste Parlamento como, por exemplo, a referência displicente à circunstância da proposta de resolução do Partido Socialista ter um número extenso de considerandos. V. Exª, Sr. Deputado, já aqui nos trouxe uma proposta, que se referia a aspectos contratuais relacionados com garagens e arrumos domésticos de grande importância regional, que continha um artigo e dezenas de considerandos - dezenas de considerandos em sentido figurado, mas um número extenso deles.

Portanto, ora garagens, ora "Empresa Pró-

-Pico", a "Empresa Pró-Pico" é, sem dúvida, uma empresa que, na situação actual, resulta em incidências sociais e económicas importantes que se referem sobretudo a uma ilha, mas que se referem, também, a agentes económicos espalhados por outras ilhas dos Açores e a um circuito económico geral que tem a ver com a própria Região.

A questão da Comissão de Inquérito - resumia-me apenas agora, a expôr este meu ponto de vista, visto que da parte do Sr. Deputado Dionísio de Sousa foram ditas as questões que eu também, nesta circunstância, diria - é preciso colocá-la na sua devida dimensão. Seria irresponsável da parte do Partido Socialista, creio eu, e seria irresponsável da parte de qualquer deputado que não possui os relatórios de sigilo governativo, e face a um problema que não é do foro do Governo porque, se o Governo tem lá 45 mil contos, não é o Governo que o tem mas a Região, e a Região é governada por dois órgãos de governo próprio, que são a Assembleia Regional e o Governo, e o Governo tem que, perante esta Assembleia, habilitá-la, em permanência também, com todas as informações que a permitam julgar, quer sobre os seus actos, quer sobre a Região que tem debaixo de si. Portanto, a Assembleia Regional tem pleno direito e, aliás, face a esta discussão, se eu fosse Secretário Regional da Agricultura e Pescas, o que faria era, quer fosse ou não aprovada a proposta de resolução, enviar à Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros relatórios detalhados e informações detalhadas sobre essa matéria. A questão da Comissão de Inquérito presume, ou a ser proposta, da nossa parte, fortes suspeitas em relação a situações concretas, fortes suspeitas que não nos podem animar, cientificamente, sem que tenhamos na nossa posse informações que nos levem a tais considerações.

Por isso, por questões de metodologia, por questões de responsabilidade, o Partido Socialista apresenta-se, nesta primeira fase, em relação à "Empresa Pró-Pico", numa situação em que carece de conhecimentos, em que carece de informações e em que necessita que esta Assembleia, e todos os seus deputados, possam estar habilitados a um julgamento mais correcto da situação criada. Se esse julgamento levar a uma situação absolutamente radical que tenha a ver com suspeitas de corrupção de alguns dos agentes que intervieram neste processo, pois, sem dúvida que o Partido Socialista aqui não está "para ver a banda passar"!

Evidentemente que, nessas circunstâncias, e face a essas circunstâncias, no âmbito apenas das competências deste Parlamento e não dos tribunais, procederia, porventura, a uma proposta, visando a constituição de uma Comissão de Inquérito. Só que o tempo em que nos encontramos é

diferente: é um tempo que se caracteriza única e simplesmente por uma ausência de conhecimentos que levem a um julgamento com esse carácter definitivo.

Nós precisamos e nós queremos só saber! - e esse direito não nos deve ser negado. E negar-nos esse direito, não estando animado o Grupo Parlamentar do PSD desse intuito, levar-nos-ia, porventura, a uma conclusão de que o Grupo Parlamentar do PSD pretende, nesta matéria, encobrir actos do Governo, ou da Administração em geral, que não foram os mais correctos.

Eu não acredito, de resto, que seja esta a ideia que o próprio Grupo Parlamentar do PSD queira deixar presente no fim deste debate!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Faria.

Deputado Fernando Faria (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiro ponto, para ser breve: o assunto é sério, não é para demagogia, nem para transformar isto em qualquer coisa como uma espécie de Jardim Zoológico. O Sr. Deputado Carlos César já tem as bananas... e vai engoli-las!

Deputado Carlos César (PS): Eu peço desculpa, mas eu sou espectador ou não do Jardim Zoológico?

O Orador: Penso que o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt falou em nome do seu Grupo Parlamentar...

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): O Sr. sabe que não sou só eu o Grupo Parlamentar.

O Orador: ...julgo que não é da direcção do seu Grupo Parlamentar... e falou. E não ponho em dúvida que falou em nome do seu Grupo Parlamentar!

O Sr. Deputado Álvaro Monjardino falou em nome do Grupo Parlamentar do PSD, de cuja Comissão Permanente faz parte. O Grupo Parlamentar do PSD já disse a sua posição; o Grupo Parlamentar do PSD conhece o Regimento exibido pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa; o Grupo Parlamentar do PSD não quer esconder nada, nem quer evitar que se conheça.

Ontem ouvi isso aqui, porque se tratava duma programação de trabalhos duma Comissão, ontem à tarde essa Comissão esteve reunida, tem membros naturalmente do Partido Socialista, e a pergunta que eu faço é a seguinte:

- Programaram ou levantaram a questão da Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros apreciar...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Hoje é que ela era resolvida!

O Orador: ...esta situação?

É porque, esta proposta de resolução, não tem nenhuma razão de ser aqui! Teria bastado que os Srs. Deputados suscitassem, na respectiva Comissão de que fazem parte, que a programação

de trabalhos se fizesse ao invés - como o Sr. Deputado Dionísio de Sousa agora veio para aqui falar... e que penso que até é membro dessa mesma Comissão.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sou sim!

O Orador: Então para que vem aqui falar em história? - Bem sei que alguns têm a vocação histórica mais desperta do que outros, enfim...

O que está dito e os Srs. Deputados até dizem na sua resolução é "habilitar o Plenário". Era isto que se suscitava. Ainda outro dia, numa outra Comissão, solicitou-se a presença, depois de diversas "demarches", dum Sr. Secretário. Aliás, é praxe, é normal. O Sr. Secretário veio, esclareceu aquilo que pôde e aquilo que quis, e até, Sr. Deputado Carlos César, houve alguém que ficou de espectador, alguém que não quis ir ouvir porque não estava interessado... e estava cansado!

Portanto, vamos ser claros: não há montagem nenhuma, reuam a Comissão, programem os vossos trabalhos doutra forma, e não precisa virem para aqui com propostas de resolução.

Se, para dar cumprimento ao que está no Regimento, é preciso vir com propostas de resolução...

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Mas porque é que a Comissão não agendou?

O Orador: O problema é da Comissão.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Mas porque é que a Comissão não tomou a iniciativa?

O Orador: Porque até nenhum de vocês se lembrou! E, se calhar, também disseram que tínhamos pouco tempo porque, enfim, o Verão está a chegar.

Portanto, não há montagem nenhuma, não há tentativa de esconder nada. O que há é uma coisa que é séria, que tem de ser vista como deve ser e, portanto, não vamos embarcar aqui numa montagem que foi feita com toda a honestidade - e não estou a pôr em dúvida a seriedade dos dois proponentes porque, embora eles os dois é que assinassem, o Grupo Parlamentar do PS assumia - porque o que se pede aqui é, de facto, uma coisa que, para ser feita com cuidado, não é só ir ali ao lado pedir ao Sr. Secretário, ou o Sr. Secretário vir aqui ao lado, e dar os elementos que tem, porque ele também, segundo disse alguém da vossa bancada, "veio perturbar o debate".

Quando o Governo não está - é a tal história de "preso por ter cão e preso por não ter cão" - protestam porque o Governo não está; quando o Governo está, e fornece dados importantes sobre o assunto - e o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, que afinal falou em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, congratulou-se com as informações - o Sr. Deputado Dionísio de Sousa até agora usa essas informações para argumentar que isto faz-se num instante. O que aqui está pedido não se faz num instante!

Portanto, não é preciso proposta nenhuma de resolução; é só a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros fazer uma programação, avançarem com esta situação, e vão até aonde puderem ir, com recurso a esses técnicos todos que o Regimento prevê e que até o Decreto Legislativo Regional também prevê.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não quer é a Comissão de Inquérito?!

O Orador: Mas, concluindo, o Sr. Deputado Álvaro Monjardino é membro da Comissão Permanente do Grupo Parlamentar do PSD e falou em nome do Grupo Parlamentar do PSD.

Presidente: Tenho aqui uma inscrição do Sr. Deputado Decq Mota que julgo ser para uma segunda intervenção, e tenho uma inscrição do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, que suponho ser para um pedido de esclarecimento ou um protesto porque já usou da palavra para duas intervenções. Assim sendo, vou dar a palavra ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, pedindo que, efectivamente, seja sucinto no seu pedido de esclarecimento ou protesto, porque não sei o que é que vai fazer.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para, rapidamente, prestar um esclarecimento e solicitar um esclarecimento.

O Sr. Deputado Fernando Faria certamente que estava desatento no decurso desta discussão porque, na minha intervenção, eu tive o cuidado, na sequência de dificuldades suscitadas pelo Sr. Deputado Álvaro Monjardino, de referir que o meu Grupo Parlamentar, através da sua direcção, tomaria as decisões que achasse mais adequadas. Depreendo, pois, que intervi no direito regimental que me assiste na qualidade de deputado.

Em segundo lugar, devo dizer que não tenho qualquer obrigação de saber que o Sr. Deputado Álvaro Monjardino pertence a um órgão de direcção do vosso Grupo Parlamentar. Tenho conhecimento da direcção, mas não tinha conhecimento de outros órgãos que, obviamente, nos quais eu não tenho sequer que me imiscuir.

Em terceiro lugar, o Sr. Deputado Fernando Faria, de facto, em termos parlamentares, fez um "grande cozinhado": diz que não estão, de forma alguma, contrários a determinada deliberação, mas que não há necessidade da proposta de resolução porque a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros já tem essa competência. Mas, em contrapartida, ficamos empatados, porque o Sr. Deputado Álvaro Monjardino já disse aqui que a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros não tem disponibilidade e não lhe peçam para desenvolver essa acção.

Em termos de expressão brasileira militar - e eu sou anti-militarista e, portanto, só

o digo em termos de humor - faz lembrar aquela ordem militar que, no nosso exército, se diz "marcar passo", e que os brasileiros dizem "faz que anda mas não anda". Portanto, os vossos argumentos são um pouco esses. O Sr. Deputado Fernando Faria diz que "não há necessidade da proposta de resolução porque a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros já tem competência para tal", mas o Sr. Deputado Álvaro Monjardino diz que "a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros não tem disponibilidade para tal" e, portanto, ficamos neste impasse.

Ao fim e ao cabo - e vou ser muito rápido - gostaria de pedir, de facto, um pequeno esclarecimento.

Esta situação, possivelmente, não afecta directamente o Parlamento, mas está a afectar, por um lado, como nos apercebemos, o Governo que tem lá dinheiro metido e que, como disse um camarada meu, não é dinheiro do Governo mas, sim, dinheiro dos contribuintes desta Região.

Por outro lado - aí com mais acuidade ainda - há lavradores, há comerciantes de gado, que têm lá dinheiro metido, e que ainda nunca o receberam. E isto é muito bonito, Srs. Deputados, estarmos aqui a discutir se se vai ou não aprovar uma proposta de resolução, se ela tem ou não razão de ser, porque não somos nós que temos lá esse dinheiro, não somos nós que estamos a viver esses problemas e a sentir essas dificuldades! Quer-se é saber se este Parlamento, e se os seus deputados, estão ou não sensibilizados para os problemas dessas pessoas.

Portanto, Sr. Deputado Fernando Faria, eu perguntaria à direcção do Grupo Parlamentar do PSD se, perante a circunstância de se ter que votar esta proposta, que será manifestação - e é bom que os Srs. Deputados tenham disso consciência e que os seus representantes da Comunicação Social, que aqui estão presentes também a tenham - de se se tem vontade ou não que o Parlamento Regional, que a Assembleia Regional dos Açores acompanhe e tome posição em relação a esta situação - quem estiver interessado vota a favor da proposta de resolução, quem não estiver interessado vota contra a proposta de resolução - eu gostaria era de saber se o Grupo Parlamentar do PSD vai votar a favor ou se vai votar contra a proposta de resolução do Partido Socialista.

Deputado Natalino Viveiros (PSD): Vê-se na altura!...

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Faria para responder e, depois, tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado Fernando Faria (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt usou de um longo preâmbulo para me fazer uma pergun-

ta...

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Uma pergunta muito simples: sim ou não?

O Orador: Sim ou não? Talvez...

(Risos do PSD)

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Esse é o vosso problema: nunca sabem se sim ou não!

O Orador: Sr. Deputado, é o vosso dilema! O Sr. Deputado, em determinadas coisas, é aquilo que eu poderia classificar de...

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Não me ofenda mais, Sr. Deputado!

O Orador: Eu não o ofendo...

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Não era a primeira vez!

O Orador: ...nem lhe vou falar do Tim-Tim...

(Risos do PSD)

Deputado Carlos César (PS): Ele não tem espelho em casa?!

O Orador: Sr. Deputado...

Deputado Carlos César (PS): Não se vê ao espelho?

O Orador: ...quando o Sr. Deputado perder os nervos, porque hoje está muito excitado, eu prossigo, se o Sr. Presidente me permitir...

Deputado Carlos César (PS): Não! Eu não perco os nervos facilmente!

O Orador: O Sr. Deputado está exaltado! Já o confessou aqui publicamente...

O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt tem igual autoridade, mas não tem mais autoridade do que nenhum destes outros deputados e do que de mim próprio, porque ainda outro dia aqui - e aqueles que quiserem (e quiseram!) e até recordaram e até invocaram o meu nome - eu disse que isto era um assunto muito sério, que era um assunto que envolvia muita gente, que era um assunto a ponderar, a conjugar esforços. Portanto, não venha agora outra vez com essas suas atitudes de malabarismo autêntico...

Deputado Carlos César (PS): Mas não é possível?!

O Orador: ...ele é um malabarista...

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Ai é?!

O Orador: ...para depois envolver, e também já chamar a atenção da Comunicação Social para cima e para baixo...

O Sr. Deputado, de facto, tem muito jeito para isto! Eu até recordo, Sr. Deputado - e já agora só para acabar - a gente reúne em Comissões e o Sr. Deputado chega mais tarde porque foi apresentar cumprimentos aos jornais.

(Risos do PSD)

O Orador: Sr. Deputado, quando é para trabalhar, naquele trabalho de Comissões que exige

muita dedicação, há alguns que privilegiam muitos contactos mas, depois, a posição fica reservada para o Plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt para um protesto, mas peço-lhe que, efectivamente, seja sucinto.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não sei, anteriormente ao 25 de Abril, qual era a profissão do Sr. Deputado Fernando Faria mas, pelas informações que o Sr. parece ter, teria dado um belíssimo agente da PIDE...

(Protesto inaudível do Sr. Deputado Fernando Faria)

O Orador: ...porque controlaria os passos particulares de cada uma das pessoas. É, em primeiro lugar, o meu protesto.

Em segundo lugar, o meu protesto, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, é de que eu não vou responder às suas palavras porque, nessa situação, eu seria tão mesquinho como o Sr. Deputado, e isso eu não quero ser de forma alguma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Faria para um contraprotesto.

Deputado Fernando Faria (PSD): Muito breve, Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Não vou alimentar nenhuma escaramuça, porque isto é mais importante do que o saber-se o que é que as pessoas fizeram ou deixaram de fazer. O que eu sei e aquilo que eu vejo e que se constata publicamente, e isso não me inibe de dizer...

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): O que é que se constata publicamente?

O Orador: ...que, o chamar-me um potencial agente disto ou daquilo, eu devolvo-lhe isso...

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): O Sr. Deputado controla os meus passos!

O Orador: Sr. Deputado, eu não controlo os seus passos!

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Ai não?

O Orador: Eu constato as suas ausências...

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Então, se o Sr. Deputado estava numa Comissão, como é que sabe que eu falava com a Comunicação Social?

Presidente: Srs. Deputados, eu peço que não mantenham o diálogo, a não ser pelas normas regimentais.

O Orador: ...eu constato as suas ausências e leio os jornais no dia seguinte.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): O Sr. Deputado vá brincar com quem quiser, porque, comigo, não brinca mais!

O Orador: Eu não estou a brincar com o Sr. Deputado! Eu estou a falar a sério... e não

avanço mais nada porque o Sr. Deputado também não está calmo!

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Não estou... e estou...

Presidente: Srs. Deputados, usem da forma regimental para protestarem e contraprotestarem o que quiserem, mas não estabeleçam diálogo porque perturba, efectivamente, o essencial.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): O Sr. Presidente não olhe para mim! Olhe para ali que dali é que surgiu a ofensa!

Presidente: Eu estou olhando para os dois... como não posso olhar com um olho para cada lado.

(Risos da Câmara)

Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem usar a figura regimental de protesto, queria começar esta minha segunda e breve intervenção por um protesto genérico. E protestava pela forma como este debate evoluiu.

Este debate que começou a tratar de um problema muito sério, evoluiu, efectivamente, para uma escaramuça tipo parlamentar no mau sentido, em que, de alguma forma, o problema fica enroupado, fica envolvido nas palavras e nos "mimos", nem sempre correctos, na minha opinião, nem sempre suficientemente elegantes e educados, que alguns Srs. Deputados têm trocado ou têm motivado. E tenho a ideia, gostava de o dizer, que um problema deste género devia suscitar um debate, devia suscitar uma decisão... e mais nada do que isso!

Quanto à questão, e ao ponto em que a questão está neste momento, gostaria de dar a minha opinião.

Os Srs. Deputados do PSD invocaram que não seria necessário uma resolução para que este problema fosse ventilado na Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros. Eu estou de acordo.

Efectivamente, e de acordo com o Regimento da Assembleia, a própria Comissão podia e devia tomar a iniciativa de estudar e de abordar o problema.

No entanto, e uma vez que houve um partido que entendeu dever suscitar a questão por resolução, não vejo que seja esse o inconveniente para a Comissão deixar de analisar o problema.

Quanto aos argumentos de ordem temporal que aqui foram invocados, e não me competindo estar a defender a resolução, gostava, no entanto, de frisar que ela própria está redigida de forma a deixar as coisas, digamos, suficientemente abertas para poderem ser, no plano prático, tratadas de acordo com as possibilidades.

O que me parecerá muito grave é que, tendo sido suscitado este problema, este foi por resolução. Não foi por iniciativa de nenhum deputado na Comissão: foi por uma proposta de resolução.

Outros problemas têm sido suscitados, até por simples cartas de cidadãos a esta Assembleia.

Tendo sido suscitado este problema, parecem-nos extremamente grave que a maioria desta Assembleia impeça que ele seja analisado com a brevidade possível. E então o que acontece é o seguinte: o Sr. Deputado Álvaro Monjardino propôs, ou manifestou a intenção, de que, inclusivamente, esta questão e outras que foram suscitadas pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, e que eu próprio fiz referência, que dizem respeito à política económica do Governo, à filosofia dos incentivos, etc., etc., deveriam ser profunda e radicalmente - foi o termo usado - estudadas pela Comissão.

No entanto, isto parece-me - e perdoo-me o Sr. Deputado Álvaro Monjardino que o diga desta forma - que, no fundo, resume-se a isto: há uma questão concreta, há uma pessoa a pedir uma coisa, promete-se um por um, e recusa-se um frango, ou seja, promete-se uma coisa muito grande para um futuro incerto e recusa-se uma diligência, que é da competência desta Assembleia, que é da obrigação desta Assembleia, feita no prazo de tempo que seja possível fazer.

É isto, efectivamente, que não me parece bem, que não me parece adequado, e que é isto que penso que demonstra que a bancada do PSD, por qualquer razão, não quer que este problema seja, neste momento, aprofundado.

Eu devo dizer-lhes ainda que todo este debate, a própria intervenção do Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, a própria intervenção do Sr. Deputado Natalino Viveiros no outro dia que, como todos sabemos, foi Secretário do Comércio e Indústria, agudizou, digamos, a curiosidade legítima, o apetite sobre este problema, porque faz então pensar que se podem, eventualmente, estar a passar coisas muito mais graves, dado o sigilo, a cortina, que se está a montar à volta do problema.

Pela parte que toca à representação parlamentar do PCP, dentro das suas poucas possibilidades regimentais, irá tomar as iniciativas necessárias para que este problema não morra.

Gostaria de terminar, dizendo que deu entrada nesta Assembleia, dirigido ao Governo Regional, um requerimento, assinado por mim, a pedir ao Governo toda a documentação existente sobre este problema.

Eu espero que essa documentação não me seja, efectivamente, negada.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, parece não haver mais inscrições e, assim sendo, chegámos à altura de votar esta proposta de resolução.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de resolução, apresentada pelo Partido

Socialista, façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra a proposta de resolução, apresentada pelo Partido Socialista, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de resolução foi rejeitada com 19 votos contra do PSD, 9 do PS a favor, 2 do CDS a favor e 1 do PCP a favor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta de resolução do Partido Socialista era correcta, era adequada, não tinha subentendidos, não continha preconceitos: apenas pedia que esta Assembleia excesse competências.

O "não" que esta Assembleia lhe deu, significa que ela, efectivamente, entende, como se deduz de todo o contexto que rodeou essa discussão, que se trata de um problema grave, mas de um problema reservado, sigiloso, do Governo. É esta a única dedução que se pode tirar da rejeição que teve a nossa proposta.

Não vou aqui referir, porque não os contei, os recordes negativos, batidos pelo PSD, em votações nesta Sessão. Apenas acrescento mais um.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota para uma declaração de voto.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP declara que votou a favor desta proposta porque entende que este problema tem gravidade suficiente para ser aprofundado, com a urgência possível por esta Assembleia Regional.

O PCP declara ainda que a atitude da maioria, ao inviabilizar a proposta, representa objectivamente a inviabilização da discussão de um problema com repercussões económicas e sociais extremamente graves.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Monjardino para uma declaração de voto.

Deputado Álvaro Monjardino (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Mais uma vez ficou posto à prova, o que é que acontece quando "a paixão obscurece a razão".

Este Grupo Parlamentar votou contra a proposta. E votou contra a proposta do Partido Socialista depois de lhe ter fornecido todos os elementos para que, aquilo que ele (supõe-se!) pretendia, pudesse ser viabilizado por esta Assembleia.

Foi dito que, das duas uma: ou estávamos perante um caso em que a Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros, dentro dos seus deveres regimentais, faria e daria contas, faria as investigações que, dentro dela, se decidissem com a participação pluripartidária que tem

que ver com a sua própria composição; ou que, pretendendo-se um trabalho exaustivo e mais aprofundado, que então este Grupo Parlamentar estaria completamente aberto e disponível para que se deliberasse a criação de uma Comissão Eventual para apreciar este assunto.

Não teve o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a vontade - não se trata de presença de espírito, trata-se de vontade - de alterar a sua proposta no sentido das aberturas que daqui se fizeram, remetendo-se a uma atitude de arregaço, de desafio, convidando este Grupo Parlamentar a alterar a proposta dele.

É evidente que não era a este Grupo Parlamentar que, no caso concreto, competiria alterar a proposta do Partido Socialista: era ao Partido Socialista que já sabia que essa sua alteração seria aprovada.

Não o fazendo, ficou claramente demonstrado o efeito puramente politiceiro, e a má fé, com que a questão foi por ele aqui trazida.

(Vozes do PS: Não apoiado! Não apoiado!)

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar ao ponto dois da nossa Ordem do Dia, que se relaciona com a pronúncia desta Assembleia sobre o Projecto de Decreto-Lei que define o regime de publicação, identificação e formulário dos diplomas e regulamenta o conteúdo das três séries do Diário da República - Revoga a Lei nº 6/83, de 5 de Agosto e o Despacho Normativo nº 15/82, de 20 de Fevereiro.

Temos aqui o relatório da Comissão de Organização e Legislação, e uma declaração do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, dizendo que assume o parecer da Comissão de Organização e Legislação que relatou esta matéria.

Há também uma proposta de resolução, apresentada pelo Partido Social Democrata, sobre a matéria, mas, que se lerá na altura própria.

Eu pergunto ao Sr. Presidente da Comissão se quer apresentar este assunto. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não só cingindo-me ao relatório da Comissão, mas também à posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobre esta matéria, eu diria o seguinte:

A Assembleia Regional dos Açores foi consultada, nos termos constitucionais e estatutários, para emitir um parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que definirá o regime de publicação, identificação e formulário dos diplomas, bem como o conteúdo das três séries do Diário da República.

A nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, parece-nos altamente vantajoso o referido Projecto de Decreto-Lei, porquanto, para além do mais,

ele virá consagrar, num único documento, vária legislação que estava dispersa por vários diplomas. E, em matéria de legislação, é indiscutível que isso se torna altamente vantajoso.

No que se refere à consulta propriamente dita, a este órgão de governo próprio, deste Projecto de Decreto-Lei, e em relação à especificidade regional que ele tem aqui na nossa Região, entendemos tão só que será de atender à matéria consignada no nº 1 do seu artigo 4º que se prende com a "vacatio legis" do mesmo diploma.

Nessa perspectiva, o nosso entendimento vem no seguimento do que esta própria Assembleia já teve quando, salvo erro, há cerca de um ano e pouco, foi presente a este Plenário uma ante-proposta de lei, emanada do Grupo Parlamentar da ASDI na Assembleia da República, sobre a mesma matéria, e, na altura, a Assembleia também se pronunciou que a "vacatio legis" para os Açores, e especificamente no caso das Flores e Corvo, deveria ter uma dilação um pouco maior pelas razões que todos nós conhecemos, especialmente na época de Inverno, em que há uma maior dificuldade de ligações com aquelas ilhas.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tinha, efectivamente, elaborado uma proposta para o nº 1 do artigo 4º mas, posteriormente, tive conhecimento que a proposta de resolução assentava em 30 dias e não em 20 como nós propunhamos, e porque, sobretudo, o Sr. Relator da Comissão, que é um deputado residente na Ilha das Flores, terá maior sensibilidade para qual deva ser esse "vacatio legis", aceitamos perfeitamente que ele seja de 30 e não 20, como a proposta que nós iríamos formular.

Presidente: Está aberta a discussão sobre este assunto. Não havendo intervenções, o Sr. Secretário da Mesa vai ler a proposta de resolução apresentada pelo Partido Social Democrata que, creio, terá que ser também discutida.

Secretário: "Proposta de Resolução:

A Assembleia Regional dos Açores, ouvida nos termos do artigo 231º, nº 2, da Constituição da República Portuguesa, acerca do "Projecto de Decreto-Lei que define o regime da publicação, identificação e formulário dos diplomas e regulamenta o conteúdo das três séries do Diário da República", resolve, ao abrigo do artigo 229º, alínea q), da Lei Fundamental e do artigo 26º, nº 1, alínea m) do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, pronunciar-se nos seguintes termos:

1 - Concordar com a proposta na sua generalidade.

2 - Quanto à especialidade, a Assembleia Regional dos Açores entende que a "vacatio legis" de 15 dias que se pretende estabelecer para os Açores não deve ser a mesma para toda a Região

Autónoma, devendo ser alargado para 30 dias, relativamente à Ilha das Flores e do Corvo. Fundamenta esta sua posição na existência de dificuldades acrescidas de transportes para com aquelas ilhas".

Presidente: Está à discussão esta proposta de resolução. Não havendo intervenções, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de resolução, apresentada pelo Partido Social Democrata, façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto nº 3 da nossa Ordem do Dia, que é uma Proposta de Resolução do Partido Socialista sobre a constituição de uma Comissão Eventual.

O Sr. Presidente do Grupo Parlamentar quer apresentar este assunto?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O nosso requerimento vem na sequência da proposta de resolução que foi anteriormente aprovada para que, efectivamente, num futuro não muito próximo, se realize, aqui na cidade da Horta mais concretamente, um "Encontro de Parlamentares de Regiões Insulares". O nosso requerimento vem ainda no pressuposto do relatório da Comissão de Organização e Legislação, que transmite ao Plenário o entender da Comissão no sentido de que o mesmo encontro deverá ter uma cuidada preparação - preparação essa que deverá ser efectuada por uma Comissão Eventual da Assembleia Regional dos Açores.

Entendemos que essa Comissão deverá ser constituída por 9 elementos que, dentro do possível, se deverá conjugar, na sua constituição, ou seja, nesses 9 elementos, a presença do Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores porque, efectivamente, sendo a Assembleia a entidade promotora dessa reunião, na sua organização consideramos indispensável que esteja contido o próprio Presidente da Assembleia, por todas as implicações que ela terá; que todos os partidos com assento na Assembleia deverão estar representados, e, tanto quanto possível, que as Comissões que estão mais directamente ligadas com esse assunto, ou seja, nomeadamente a dos Assuntos Internacionais, a dos Políticos e Administrativos e a própria de Organização e Legislação, tenham representantes seus nessa Comissão.

É tão só o que se me afigura necessário esclarecer.

Presidente: Sobre este assunto está aberta a discussão. Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Faria.

Deputado Fernando Faria (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata evidentemente que concorda com a proposta de resolução do Partido Socialista, porque ela vem consubstanciar a parte final da nossa proposta de resolução, que aqui se aprovou, que dizia:

"Mais se propõe que a Assembleia designe uma Comissão encarregada de preparar e organizar a Conferência".

Só me surge aqui uma dúvida: a Comissão é constituída por 9 elementos - estão aqui designados e não temos quaisquer problemas nesse aspecto - mas dentro da proporcionalidade que tem sido norma na Casa, não é verdade?

Deputado Carlos Mendonça (PS): Com certeza.

O Orador: Portanto, a partir daí, não temos quaisquer problemas e votaremos favoravelmente. Muito obrigado.

Presidente: Continua aberta a discussão.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Secretário da Mesa vai fazer o favor de ler a proposta e, depois, vamos passar à votação.

Secretário: "Proposta de Resolução:

Considerando a proposta de resolução, já aprovada, com vista à realização de um Encontro de Parlamentares Insulares, nesta Região;

Considerando o Relatório e Parecer que sobre aquela proposta foi emitido pela Comissão de Organização e Legislação, no sentido de que seja efectuada uma preparação prolongada e devidamente estruturada com vista a que aquele encontro decorra de forma eficiente;

Considerando o interesse e a vantagem de dar início aos trabalhos daquela Comissão,

os Deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõem, nos termos do nº 2 do artigo 37º do Regimento, que seja a seguinte a constituição da referida Comissão:

a) Que a Comissão seja composta por 9 elementos;

b) Que de entre esses elementos deverão constar:

1. O Presidente da Assembleia Regional dos Açores;

2. Estarem representados nessa Comissão todos os Partidos com assento na Assembleia Regional dos Açores;

3. Deputados que integram as Comissões da Assembleia Regional que tenham mais relação com as características do encontro, nomeadamente a Comissão dos Assuntos Internacionais, Comissão dos Assuntos Políticos e Administrativos e Comissão de Organização e Legislação".

Presidente: Srs. Deputados, vamos então passar à votação desta proposta.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta apresentada pelo Partido Socialista, façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: A Mesa pede, então, aos partidos que apresentem os nomes dos Srs. Deputados que farão parte da Comissão.

Passamos ao ponto 4, e último, da nossa Ordem de Trabalhos, que é uma Proposta de Resolução sobre o "Ano Internacional da Juventude", apresentada pelo Sr. Deputado do Partido Comunista Português.

O Sr. Deputado quer apresentar esta proposta?

Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

Nos termos regimentais, venho a esta tribuna para iniciar o debate da Proposta de Resolução sobre o Ano Internacional da Juventude que hoje aqui tem lugar por iniciativa da Representação Parlamentar do PCP.

Com tal Proposta de Resolução pretendemos que a Assembleia Regional dos Açores, órgão máximo da autonomia regional, tome posição sobre tão importante acontecimento e contribua, também ela, para a procura de soluções adequadas às aspirações da juventude açoriana, nomeadamente, considerando como de profundo interesse regional todas as acções inseridas no âmbito das comemorações do Ano Internacional da Juventude que visem o aprofundamento das temáticas da participação juvenil, do desenvolvimento, do desarmamento e da Paz e que tenham nos jovens, de facto, os principais dinamizadores e intervenientes nas suas comemorações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

1985 é o Ano Internacional da Juventude.

Participação, Desenvolvimento e Paz é o lema desta importante realização, aprovada e proclamada pela Organização das Nações Unidas, na sua 34ª Assembleia Geral.

Ao tomar esta deliberação a ONU teve como principal objectivo sensibilizar os países membros para a grave situação e o avolumar dos problemas com que a juventude se defronta.

Mas teve também, no seguimento dessas preocupações, o objectivo de alertar os governos dos respectivos países para a necessidade de dedicarem uma especial atenção à resolução efectiva desses mesmos problemas.

Considera a ONU que os problemas mais sentidos e que mais malefícios comportam para a jovem geração são os que se relacionam com o desemprego, com a educação e a preparação vocacional.

E é tendo em conta essa realidade que aponta como necessário, no âmbito e como forma de assinalar o Ano Internacional da Juventude, que os países membros desenvolvam todos os esforços e tomem as correspondentes medidas para que sejam resolvidos e, em consequência, assegurados o direito à educação e o direito ao trabalho

de modo a solucionar o problema do desemprego juvenil.

Mas ao proclamar 1985 Ano Internacional da Juventude a ONU teve também como objectivo alertar a juventude e os povos de todo o mundo para o perigo sério que corremos em caso de deflagração de uma guerra nuclear e, como tal, propõe o desenvolvimento de acções destinadas à salvaguarda da Paz, exigindo o fim da corrida aos armamentos, pugnando pelo desarmamento e pelo estabelecimento de um clima de cooperação e compreensão de parte a parte.

Proclama ainda a ONU, na sua resolução, que sejam efectivamente assegurados os direitos da juventude ao desporto, à música, à cultura, entre outros, alertando para que se tomem as necessárias medidas conducentes à sua concretização.

É significativo e esclarecedor, Srs. Deputados, que perante estas alertas e orientações da ONU, o Governo Regional não divulgue convenientemente à opinião pública juvenil das nossas ilhas aquelas que são as verdadeiras ideias base para as comemorações do Ano Internacional da Juventude, nem canalize a boa vontade dos jovens da Região no sentido da sua efectiva concretização.

Tentando fazer crer que está a respeitar o lema que a ONU definiu para o Ano Internacional da Juventude, o que o Governo Regional na prática pretende e está a fazer é que o Ano Internacional da Juventude, os seus verdadeiros fundamentos e objectivos, passem despercebidos à juventude dos Açores.

Por si só, isto basta, para que fique mais uma vez demonstrado, com perfeita clareza, que o Governo Regional não pretende solucionar ou sequer minorar os problemas dos jovens açorianos, particularmente no que respeita ao trabalho, ao ensino, à habitação e à cultura, fazendo tábua-rasa de recomendações de um organismo internacional do qual Portugal faz parte.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Seis meses decorridos deste ano de 1985 uma pergunta, entre tantas outras, é legítimo colocar: o que estão a ser, e o que porventura irão ser ainda, as comemorações oficiais do Ano Internacional da Juventude na Região?

Como é sabido, no início deste ano, o Governo Regional prometeu assinalar condignamente o Ano Internacional da Juventude, designadamente na perspectiva de resolver ou encaminhar a resolução dos inúmeros e graves problemas que afectam os jovens dos Açores.

Que se tem passado, entretanto?

Foi criada uma Comissão Regional para as comemorações do Ano Internacional da Juventude, presidida pelo "jovem" Dr. Mota Amaral, para a qual se convidaram várias personalidades, mas onde curiosamente a presença da juventude

passa despercebida.

Foi aprovado um Programa das Comemorações Oficiais do Ano Internacional da Juventude, exaustivo, para todo o ano, com calendário mensal e tudo.

Porém, certamente por falta de conteúdo para preencher tal calendário e os respectivos propósitos, houve então que recorrer a um lance de ilusionismo que consistiu em incluir no referido Programa todas as poucas actividades desportivas que habitualmente já se faziam em anos anteriores e até uma semana de gastronomia.

Grande, grande mesmo, era a iniciativa denominada a "Barca das Ilhas", destacadamente noticiada por toda a Comunicação Social escrita e falada, na qual o Governo Regional detectou a miragem que visava iludir a juventude da Região confrontada com a pobreza das comemorações oficiais no ano que The é consagrado.

Vieram empresários, fizeram-se contactos, ia alta a euforia, mas eis que de repente a Nau Catrineta, que aí vinha com muitas histórias para contar, resolveu naufragar e desaparecer sem sequer ter aparecido.

Explicações aos jovens? Outro Programa alternativo? Parece que se calhar, não há. Afinal, os jovens até pouco têm a ver com estas comemorações!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Segundo dados estatísticos oficiais existiam, em 1984, 2.642 desempregados na nossa Região e, em Janeiro deste ano, 600 jovens à procura do primeiro emprego, para só me referir às inscrições nos Centros de Emprego da Região.

Que faz o Governo Regional para resolver tal situação?

Oferece vantagens aos empresários, que recrutam o seu pessoal nos Centros de Emprego. Quer isto dizer que o Governo está a subsidiar alguns empresários e resolver temporariamente a colocação de alguma mão de obra a qual, finalizado o contrato, volta em muitos casos à situação anterior de desemprego.

Outra situação gravíssima está a ser criada, a qual consiste em lançar no desemprego jovens trabalhadores contratados a prazo há mais de 2 anos para no seu lugar serem colocados estagiários da Escola de Formação Profissional das Capelas, ao abrigo das facilidades referidas acima. Para se resolver um problema está-se a criar outro e chamo a atenção particular do Governo para esta situação.

Não menos grave é o aliciamento ao abandono do ensino promovido pelo Governo Regional através do chamado "Programa Transição para o Mundo do Trabalho" no qual se criam aos jovens expectativas ilusórias quanto à obtenção de emprego.

Neste momento o que se passa é que vários jovens que incredulamente aceitaram esta experiên-

cia, deixaram os estudos, estão a terminar ou terminaram já os seus contratos e transitaram não para o prometido mundo do trabalho mas sim para o real mundo do desemprego. Pensamos que o "Programa Transição para o Mundo do Trabalho" só terá interesse se a economia absorver os jovens que a ele recorrerem.

No ensino, a situação não é melhor: escolas com falta de condições, falta de material didáctico, falta de salas e instalações desportivas, dificuldades nos transportes, etc..

Os jovens universitários debatem-se com grandes problemas. É o desencanto com o curso de que não se gosta mas que é a única possibilidade de entrada na Universidade, são os programas para decorar sem discussão e muitas vezes sem interesse, é a Cantina que não serve refeições em quantidade nem qualidade, é a falta do ginno-desportivo. Lares para estudantes apenas dois, um para rapazes outro para raparigas. Os excedentários têm que procurar no mercado o aluguer de quartos, pelos quais vão pagar quantias exorbitantes e inadmissíveis.

Enfim, a situação social da juventude da Região agrava-se de dia para dia e o Governo Regional não responde eficazmente ao problema que não se resolve com remendos, declarações de intenção ou frases vazias, mas sim com verdadeiras e necessárias medidas de fundo que solucionem os problemas dos jovens a médio e a longo prazos.

Sublinhando o papel decisivo das diferentes expressões e componentes do movimento juvenil, a sua decisiva importância na vida colectiva da sociedade, a necessidade e urgência da salvaguarda dos legítimos interesses e anseios juvenis no presente e no futuro, a JCP (Juventude Comunista Portuguesa) adoptou no seu 2º Congresso, recentemente realizado, algumas orientações que dirigiu a todos os jovens do País e da Região e os governantes, passando eu a salientá-las. Considera assim a JCP ser necessário:

1 - **Uma política de emprego** que, enquadrada numa política de desenvolvimento económico e assente no aproveitamento das nossas riquezas, recursos e capacidades, crie novos postos de trabalho e diminua progressivamente o desemprego juvenil existente.

2 - **Uma política de apoio aos jovens desempregados**, que garanta a todos os jovens nessa situação o direito ao subsídio de desemprego e crie um regime jurídico que o alargue aos jovens à procura do primeiro emprego.

3 - **Uma nova política salarial**, que estabeleça o direito ao salário mínimo nacional a partir dos 18 anos, acabe com a calamidade dos salários em atraso, garanta o cumprimento da contratação colectiva, impedindo as discriminações salariais, designadamente dos jovens e das jovens trabalhado-

ras.

4 - **Uma política de contratação**, que garanta os direitos dos jovens trabalhadores contra a repressão patronal, que reveja a legislação em vigor sobre contratos a prazo, ponha fim às formas de sobre-exploração do trabalho sem contrato, elimine as dificuldades criadas aos jovens que não cumpriram o Serviço Militar Obrigatório, acabe com as discriminações nos salários e na promoção profissional e profba efectivamente o trabalho infantil.

5 - **Uma política de aprendizagem e formação profissional**, que crie um regime jurídico que respeite os direitos dos aprendizes e assegure a sua inserção profissional, que alargue a rede de escolas e áreas de formação numa perspectiva local e regional, e garanta aos jovens trabalhadores a promoção em função dos conhecimentos e qualificações adquiridos.

6 - **Uma política de apoio aos jovens agricultores e lavradores**, que facilite o crédito bonificado para a sua instalação, desenvolva as formas de apoio técnico e em equipamento, promova a formação profissional, a actualização de conhecimentos das técnicas agrícolas e de cursos agrícolas, de modo a incentivar os jovens ao trabalho na agricultura e na lavoura.

7 - **Uma política de verbas para a educação**, que permita fazer face à degradação do parque escolar, à superlotação das escolas, às carências de equipamentos, à inexistência ou não funcionamento de ginásios, cantinas e bibliotecas, à asfixia financeira da Universidade, com o alargamento e recuperação da rede escolar, a construção de instalações desportivas onde não existam, o alargamento do quadro de pessoal das escolas, a adopção de uma política que proteja os livros e o material escolar dos seus elevados custos.

8 - **Uma política de democratização do acesso ao ensino**, que vise salvaguardar o direito a este e que vise atenuar as desigualdades de oportunidade no acesso aos diferentes graus de ensino, por razões de ordem económica e social, designadamente através do apoio social escolar e universitário e da garantia do direito ao ensino para os jovens trabalhadores, assegurando as condições de pleno funcionamento das escolas nocturnas, promovendo a adequação de programas e a reciclagem de professores, defendendo os cursos nocturnos universitários, eliminando as vias discriminatórias e os mecanismos altamente selectivos no acesso ao ensino superior, nomeadamente o 12º Ano e os exames de admissão.

9 - **Uma política de combate ao insucesso escolar**, garantindo condições de estudo e de trabalho nas escolas, desenvolvendo a qualidade pedagógica e científica do ensino, a formação de docentes e a actualização dos programas ligando-os à vida, ao trabalho e ao progresso tecnoló-

gico.

10 - **Uma política de participação na vida e gestão das escolas e uma política de real autonomia universitária**, garantindo e incentivando a participação de estudantes e trabalhadores-estudantes nos diversos órgãos.

11 - **Uma política de inserção profissional** que, em paralelo com a reestruturação da Universidade e com vista à satisfação das necessidades da Região em quadros técnicos, vise integrar na vida profissional os jovens técnicos licenciados e os que terminam os seus cursos, de acordo com as habilitações e conhecimentos adquiridos.

12 - **Uma política de habitação**, que desenvolva a construção de habitação social e promova a atribuição obrigatória de uma percentagem dela a jovens, crie um crédito bonificado para a aquisição de habitação própria para casais jovens, estimule a auto-construção e impeça o aumento generalizado das rendas de casa.

13 - **Uma política de saúde**, que garanta a assistência médica e medicamentosa a todos os jovens, estenda a toda a Região a rede de consultas de planeamento familiar e faça aplicar as leis de protecção da maternidade e da interrupção voluntária da gravidez.

14 - **Uma política de integração social dos jovens deficientes**, que desenvolva a acção do ensino especial pela regulamentação e aplicação da Lei, e crie as medidas necessárias à sua integração profissional.

15 - **Uma política de ocupação dos tempos livres**, que garanta o direito constitucional às férias, incentivando o turismo social juvenil, que renove em moldes alargados e em colaboração com as Autarquias Locais os programas OTL.

16 - **Uma política desportiva**, que apoie material, técnica e financeiramente clubes e colectividades, garanta as condições para a institucionalização generalizada da educação física e do desporto escolar, incentive o desporto para jovens trabalhadores visando alargar o exercício físico e a prática desportiva a todos os jovens, condições estas que sejam garantia de um desenvolvimento harmonioso da personalidade e, simultaneamente, forma de prevenção de comportamentos desviantes como a droga e o alcoolismo, entre outros.

17 - **Uma política cultural**, que incentive e proteja a criação cultural dos nossos jovens, desenvolva o intercâmbio e promova condições especiais para o acesso dos jovens às diferentes formas de expressão cultural e artística e à plena fruição destas.

18 - **Uma política de combate à droga**, que encare o problema de frente, situando-o como um caso muito sério que existe, de facto, na Regional tendo de ser visto como tal e não escamoteado ou silenciado, e para o qual devem ser

urgentemente adoptadas medidas para a prevenção da droga e a criação dos mecanismos necessários de apoio às acções de tratamento, reabilitação e reintegração social e profissional dos toxicómanos, combatendo e reprimindo o tráfico de drogas e seus agentes.

19 - **Uma política de combate à delinquência e à criminalidade** a qual, sendo indissociável da eliminação das causas sociais que as determinam, passa entretanto pela alteração das condições prisionais e pela implementação da formação moral e cívica dos detidos e a sua posterior inserção social e profissional.

20 - **Uma política de defesa da natureza e do património**, que apoie o trabalho de grupos juvenis e outras organizações que desenvolvem ou venham a desenvolver importante actividade na preservação e manutenção do património natural, histórico, cultural e artístico regional e em defesa do equilíbrio ecológico da Região, aproveitando e desenvolvendo todas as capacidades existentes.

21 - **Uma política de Paz**, que ponha fim ao envolvimento da Região e do País na política armamentista e belicista dos EUA e da NATO, reveja os acordos que permitem a existência de bases estrangeiras em Portugal, proteja o território regional do estacionamento, trânsito ou armazenamento de armas nucleares ou estruturas de apoio à sua utilização, contribuindo assim para a criação de uma zona livre de armas nucleares nas ilhas e nos mares dos Açores que confira à Região um papel activo, construtivo e honroso, na procura do desanuviamento das relações internacionais, na manutenção da paz e para o desarmamento.

22 - **Uma política de independência nacional**, que garanta aos portugueses do Continente e das Regiões Autónomas a condução dos destinos de Portugal, combatendo a submissão política, económica, cultural, diplomática e militar do País e da Região aos desígnios do imperialismo, a que tem conduzido a política dos sucessivos governos da República e do Governo Regional do PSD, denunciando firmemente as novas formas de dependência política e económica provocadas pela adesão à CEE.

23 - **Uma política de amizade e solidariedade** dos jovens da Região com os jovens das restantes parcelas do território nacional, com os jovens das demais regiões Insulares, com a juventude e os povos de todo o mundo, fomentando o entendimento mútuo e o intercâmbio, na base do desenvolvimento de uma verdadeira, necessária e salutar cooperação e compreensão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Os jovens sabem bem que só através da sua participação e acção poderão ver satisfeitas,

parcial ou integralmente, as suas legítimas aspirações e necessidades.

Na Região, essa sua participação e acção tem-se desenvolvido, continua a desenvolver-se e confiamos em que irá intensificar-se inevitavelmente em oposição à política do actual poder estabelecido, exigindo outra, porque esta não presta e significa a total negação dos anseios e direitos juvenis.

Essa é a contribuição e a participação fundamentais com que, hoje, a juventude concorre para a transformação social, cultural, económica e política nos Açores.

Para nós, comunistas, é inquestionável que a participação individual e colectiva dos jovens se reveste de uma extrema importância em todos os aspectos da vida na sociedade.

Neste nosso novo tempo aberto pela Revolução do 25 de Abril e no Ano Internacional da Juventude impõe-se que a juventude das nossas ilhas seja chamada a participar na luta pela transformação social, acreditando-se seriamente e sem paternalismos nas suas próprias capacidades e energias o que exige, antes de mais, uma acentuada e clara abertura dos poderes estabelecidos à inovação, à mobilização e à criatividade dos jovens.

Daqui saúdo, calorosamente, todos os jovens das nove ilhas dos Açores, fazendo votos para que possam festejar condignamente o Ano que lhes é internacionalmente dedicado e para que lhes seja feita justiça com a adopção de uma política que verdadeiramente respeite e assegure a satisfação das legítimas aspirações.

Com a presente Proposta de Resolução, está a Organização do PCP a contribuir para a reflexão e o debate necessários em torno de tão importantes matérias para o futuro da juventude dos nossos dias.

Com a presente Proposta de Resolução, está a Organização Regional do PCP a contribuir, também, para a dignidade e para a observância do espírito autêntico do Ano Internacional da Juventude na Região, nomeadamente pugnando para que esta Assembleia, como principal órgão de governo próprio da Região, tenha posição própria sobre o assunto e zele para que o espírito que presidiu à marcação, pela ONU, de 1985 como o Ano Internacional da Juventude seja integralmente respeitado e observado na Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Bastos.

Deputado Luís Bastos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Decq Mota acerca de uma referência

que ele faz ao "Programa de Transição para o Mundo do Trabalho".

Julgo que a referência que ele fez não a fez de má fé, mas por desconhecimento ou por má informação da essência que esse programa tem.

Deputado José Decq Mota (PCP): O Sr. Deputado desculpe, mas eu estou a ouvir muito mal.

O Orador: Eu repito, Sr. Deputado. O Sr. Deputado fez uma referência ao "Programa de Transição para o Mundo do Trabalho" e o que disse é incorrecto. Julgo que não se trata de má fé mas, sim, de falta de informação acerca do que é, efectivamente, esse programa.

Estou, de facto, em posição de o poder informar melhor e dizer-lhe que é impossível que, através desse "Programa de Transição para o Mundo do Trabalho", se crie ilusões nos jovens, porque não se trata de um programa para colocação de jovens no mercado de emprego. Não é isso que se trata! Trata-se é, em primeiro lugar, de ministrar um curso aos jovens que se encontram no 9º Ano de Escolaridade, **que não pretendem continuar os seus estudos**, e, por via desse curso que lhes é ministrado, dar-lhes uma preparação técnico-profissional no sentido de que, com ou através dessa preparação técnico-profissional, estejam melhor habilitados a uma inserção no mundo do trabalho.

Não é colocá-los no mercado de trabalho! É dar-lhes a possibilidade de se colocarem melhor perante esse mundo do trabalho, no sentido de nele poderem ser inseridos através dessa preparação técnico-profissional.

E, também, a título informativo, devo dizer-lhe que, de todos esses jovens que participaram nessa experiência, cerca de 85% estão, efectivamente, colocados no mundo do trabalho, embora o objectivo não seja essencialmente esse.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Luís Bastos pretendeu prestar-me um esclarecimento e eu também pretendia prestar-lhe um.

Eu levantei esta questão porque, muito recentemente, na altura em que estava exactamente a trabalhar nesta intervenção, fui procurado por dois jovens, em Ponta Delgada, que me contaram e referiram a sua experiência no curso que, salvo erro, foi ministrado pelo Sr. Deputado Luís Bastos ou esteve a isso ligado porque, pelo menos, o seu nome foi referido - e, efectivamente, o que me disseram foi que optaram, naquela altura, e em função desse curso - é claro que o Sr. Deputado coloca a questão ao contrário, e acredito que seja essa a intenção, de que

os cursos são destinados àqueles que decidiram já não continuar os estudos - mas, também, se pode pôr a questão, e foi o que aconteceu com esses dois jovens de acordo com o que eles contaram, que, em função da existência desse curso, puseram de parte a hipótese - no caso até podiam - de continuar os estudos.

Bem, o que acontece é que frequentaram, foram colocados e, se calhar, pertencem aos tais 15% que não estão no mundo do trabalho: estão no mundo do desemprego, e um deles, inclusivamente, pretende voltar agora aos estudos.

Eu coloquei a questão, dizendo, concretamente, - está aqui escrito - que penso que essa actividade pode ser muito útil desde que a economia esteja preparada para absorver a mão de obra assim motivada. Se se trata de um curso de motivação, tem de se motivar para alguma coisa que exista, para que possa haver capacidade de absorção dessa nova mão de obra motivada.

É este o problema que eu coloquei concretamente! Nem sequer pus em causa, totalmente, a existência do programa! O que coloquei foi exactamente isto!

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Bastos.

Deputado Luís Bastos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para concluir aquilo que há pouco tinha dito. Repare o Sr. Deputado que, se seguíssemos a linha de orientação que o Sr. Deputado propõe, como não temos uma economia preparada, nem temos capacidade de absorção de trabalhadores, então não vale a pena falar em cursos de orientação profissional, não vale a pena falar em preparação dos jovens estudantes em cursos médios e em preparação técnico-profissional, porque, como não temos uma economia preparada e que os absorva, não vale a pena pensar em ensino técnico-profissional nem em preparação profissional nas escolas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que, efectivamente, não vale a pena é criar ilusões; o que efectivamente não vale a pena é lançar a juventude por caminhos que não existem. O que efectivamente vale a pena é resolver os problemas de fundo que estão a motivar a dificuldade de obtenção do primeiro emprego, que estão a motivar o desemprego juvenil, que estão a motivar que muitos jovens que conseguem um contrato a prazo mas passado muito pouco tempo ficam de mãos a abanar novamente, etc., etc...

O que vale a pena é isto! - e isto queria dizê-lo com toda a dimensão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado

Lufs Bastos.

Deputado Lufs Bastos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não intervenho mais, Sr. Deputado Decq Mota! É só para lhe dizer que, precisamente para resolver esses problemas, foi este um dos caminhos encontrados e que tem dado bastantes frutos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para uma curta observação: não foi um caminho, foi um atalho sem fim!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, eu pedia-lhe a palavra para prestar dois esclarecimentos ao Sr. Deputado Decq Mota.

Presidente: Tem a palavra.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não tive o prazer de ouvir toda a intervenção proferida pelo Sr. Deputado Decq Mota porque estive em comunicação telefónica com Lisboa e, por isso, me atrasei.

Mas pareceu-me que o panorama que o Sr. Deputado Decq Mota descreveu, da situação da juventude dos Açores, tem tons muito mais carregados, muito exagerados, do que aquilo que corresponde (felizmente!) à nossa realidade. Depois percebi, quando o Sr. Deputado esteve a ler as conclusões do Congresso Nacional da Juventude Comunista Portuguesa, que ele estava a referir-se, sim, como por vezes acontece nalgumas das suas intervenções, à situações nacionais - talvez até utilizando documentos sobre elas - e, depois, apenas, pondo em entrelinhas uma vaga referência aos Açores.

Na realidade, a situação nacional da nossa juventude é muito má. E isso, em boa parte, como todos sabemos, é devido à política de destruição nacional que o Partido Comunista, na altura em que esteve no poder, realizou e, apesar dos grandes esforços que ao longo destes anos os cinco Governos Constitucionais têm levado a cabo, não conseguiram ainda recuperar a situação social e económica do nosso País.

Os esclarecimentos que quero prestar ao Sr. Deputado Decq Mota são os seguintes:

A participação dos jovens nas tarefas relacionadas com o Ano Internacional da Juventude está assegurada, e por diversos meios. Desde logo, em cada uma das Comissões que funcionam nas várias ilhas, existem representantes das associações juvenis que nessas ilhas funcionam e, além disso, a orientação geral do Governo, relativamen-

te ao Ano Internacional da Juventude, foi a de propiciar apoios às mais diversas iniciativas, que vão surgindo de toda a parte, e partindo da base, com grande entusiasmo e intervenção dos órgãos do Poder Local que, um pouco por toda a parte, nestas nossas 9 ilhas, estão a marcar uma oportunidade de participação juvenil.

Sobre a "Barca das Ilhas", efectivamente aconteceu-lhe o que aconteceu ao "São Macaio": ela naufragou, mas ainda antes de ser posta ao mar.

E, com isto, eu poupei ao Sr. Deputado Decq Mota o relambório que ele com certeza aqui faria perante o Parlamento, atacando o Governo pelos custos excessivos duma iniciativa cujo orçamento andava à roda de uma vintena de milhares de contos.

Há, decerto, prioridades muito maiores na nossa Região, e relacionadas inclusivamente com os interesses da juventude, que bem merecem ser atendidas, em vez de se fazer um dispêndio em termos que considereei claramente excessivos e supérfluos.

Não posso deixar também de felicitar o Sr. Deputado Decq Mota pelas iniciativas que, nesse domínio, o seu partido também tomou. Eu próprio tive a ocasião de visitar - e julgo que fui dos poucos visitantes - uma exposição que a Juventude Comunista Portuguesa organizou, no Largo da Matriz, em Ponta Delgada, há alguns meses atrás. Aliás, a minha presença já está testemunhada, porque um dos militantes comunistas, que atendia à exposição, teve o cuidado de me fotografar imediatamente.

Não deixei de verificar também o empenho que o Partido Comunista faz pela causa da Paz e do desarmamento - vários posters a isso se referiam - só que, perante a minha estranheza, face à ausência de qualquer referência a esta ameaça terrível à Paz na Europa que representa a instalação dos mísseis soviéticos por todo o Leste do Continente Europeu, os organizadores da exposição explicaram-me que estavam apenas a expôr o que lhes tinham mandado de fora - não explicaram exactamente se tinham vindo de Lisboa ou se tinha vindo de mais longe, lá para o Oriente. O certo é que apenas dispunham daqueles dados, denunciando o armamentismo do bloco no qual o nosso País se encontra inserido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

Em primeiro lugar, queria registar o facto do Sr. Presidente do Governo Regional ter perdido alguns minutos do seu precioso tempo a responder ao insignificante deputado comunista e a essa

pequeníssima minoria desta Casa, ter respondido em relação a alguns aspectos da minha intervenção. Não só respondeu, como procurou, usando artifícios por demais evidentes e por de menos elaborados, anular alguns aspectos da intervenção.

O Sr. Presidente fez isso porque está preocupado!

O Sr. Presidente fez isso porque sabe que muito do que aqui foi dito corresponde a uma análise rigorosa da situação da juventude!

O Sr. Presidente fez isso porque sabe que muitas das medidas que o Governo tem tomado são contraditórias, não são coerentes entre si, não têm tido os resultados esperados, ou desejados eventualmente, e não têm contribuído, assim, para resolver os grandes problemas que, de forma crescente, - e o Sr. Presidente sabe que é de forma crescente, que hoje são mais do que ontem, que hoje são mais do que o ano passado, que hoje são muito mais que há 4 ou 5 anos - afectam a juventude dos Açores!

Foi por isso que o Sr. Presidente teve o cuidado de se levantar, de fazer uma apreciação sobre a minha intervenção e de tentar anulá-la. Mas não o conseguiu, nem conseguirá, porque a verdade é, efectivamente, muito maior que os artifícios que se possam usar com maior ou com menor imaginação, com maior ou com menor humor nesta Assembleia. Era esta a primeira questão que eu queria abordar.

Queria sublinhar ainda - e já é a 2ª ou a 3ª vez que o faço nesta Assembleia e fá-lo-ei sempre que necessário - que a invocação do argumento estafado, do argumento que não é efectivamente argumento, do argumento que não radica em coisa nenhuma, que é o dos célebres governos do PCP, de 74 e de 75, como a razão de todos estes males que nós temos, é exactamente usado - e o Sr. Presidente sabe isso tão bem como eu, como outros Srs. Deputados nesta Câmara, não só daquele lado, mas também deste, o sabem - quando não há outros argumentos: esse está sempre no bolso, sempre pronto a vir para cima da mesa no intuito de as palavras cobrirem as situações.

Mais uma vez o Sr. Presidente usou esse argumento para cobrir, efectivamente, as situações.

Quanto ao problema da "Barca das Ilhas", o que nós condenámos foi - e repare que não tomámos posição sobre a sua realização ou não - foi toda essa euforia que foi feita, foi toda essa cantiga que foi lançada, foi tudo isso que foi feito, de forma absolutamente excessiva e despropositada, que o próprio Governo Regional teve que reconhecer a determinada altura, não sei se perante as exigências dos empresários que consultou, se das empresas armadoras dos navios - aliás, até ouvi referir verbas muito maiores que a vintena de milhares de contos que o Sr.

Presidente referiu, ouvi falar muito perto do dobro disso - não sei, portanto, por que razão o Governo Regional foi obrigado a recuar. Mas foi obrigado a recuar porque, efectivamente, talvez se tivesse precipitado, talvez tivesse visto isso no ar, como vê muitas outras coisas no ar, talvez tivesse feito um castelo com nuvens e, portanto, teve que desmanchar a feira - teve que desmanchar a feira antes de a montar.

A nossa crítica vai é nesse sentido porque se, efectivamente, a "Barca das Ilhas" se tivesse realizado, gastando 30 ou 40 mil contos, tinha a nossa oposição. Mas se fosse possível realizar a "Barca das Ilhas" gastando uma quantia menor e ao mesmo tempo propiciando à juventude das ilhas espectáculos de valor cultural e artístico aceitável teria o nosso apoio.

Portanto, o juízo de valor que o Sr. Presidente faz sobre a nossa posição futura, é infundado porque não assenta numa análise duma situação, nem podia assentar, porque essa situação pura e simplesmente não existia.

Quanto ao esforço que a Juventude Comunista Portuguesa tem feito nos Açores para comemorar o Ano Internacional da Juventude, efectivamente tem-no feito! E tem-no feito com exposições, com iniciativas, já fez um festival, e devo-lhe dizer que não foram tão poucas pessoas como isso que foram às exposições nos dois sítios onde elas se realizaram até ao momento, que foram em Ponta Delgada e em Angra do Heroísmo. Temos até uma estimativa das pessoas que estiveram presentes, porque tínhamos uma forma de contabilizar isso através de um documento que era distribuído, mas não o vou divulgar, porque não tenho nenhum interesse nisso.

O que queria registar é que o Sr. Presidente foi ver a exposição. E o Sr. Presidente tão preocupado estava que teve o cuidado, usando toda a sua autoridade política e pessoal, que a tem evidentemente, de tentar dialogar, de forma estreita, com um punhado de jovens que ali estava na exposição no sentido de os confundir. Mas não os confundiu! Curiosamente, não os confundiu, Sr. Presidente!

(Risos do PSD e do Governo)

O Orador: E é curioso que o Presidente do Governo Regional dos Açores tenha, efectivamente, escolhido as 10 horas da noite para, poupando ao seu descanso, ir à exposição da JCP, que sabia que a essa hora não tinha pessoas porque, a essa hora, já não andava gente na rua...

(Protestos inaudíveis da bancada do Governo)

O Orador: ...e ir lá sozinho, no sentido de procurar mentalizar os jovens que lá estavam. Mas não o conseguiu, Sr. Presidente! Lamento muito.

Em relação à parte da minha intervenção em que resolvi anunciar aqui, perante esta Assembleia, e penso que com toda a legitimidade, algumas das mais importantes conclusões do Congresso Nacional da Juventude Comunista Portuguesa, eu devo-lhe dizer que não li o documento. Eu devo-lhe dizer que fiz uma redacção dos diversos pontos, de acordo com o objectivo de anunciar esses mesmos pontos, e devo-lhe dizer que as questões que estão aqui tratadas, estão tratadas também numa óptica nacional. Mas o que preocupou o Sr. Presidente não foi isso! O que preocupou o Sr. Presidente foi a questão de estarem tratadas numa óptica também regional! Isso é que efectivamente o preocupou!

Eram, portanto, estes comentários que queria fazer àquela que, no fundo, é elogiosa para o PCP: a intervenção do Sr. Presidente do Governo Regional. E é elogiosa porque representa a justeza das posições do PCP.

Disse. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, eu pedi a palavra só para fazer um protesto.

Presidente: Tem a palavra para um protesto.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não posso deixar de formular um protesto muito veemente contra o facto do Sr. Deputado Decq Mota se ter a si próprio qualificado de "insignificante".

(Risos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota...

Deputado José Decq Mota (PCP): Para um protesto, Sr. Presidente!

Presidente: Tem a palavra para um protesto.

Deputado José Decq Mota (PCP): Eu queria protestar, perante esta Assembleia, pelo facto do Sr. Presidente do Governo Regional brincar com coisas sérias, nesta Câmara, em funcionamento.

Muito obrigado.

Deputado Carlos César (PS): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Srs. Deputados, creio que este problema, da apresentação e das dúvidas e protestos que suscitou, está encerrado. Assim sendo, vou abrir a discussão sobre a Proposta de Resolução do Partido Comunista, chamando a atenção de que, conjuntamente, foi distribuído já o parecer da Comissão dos Assuntos Sociais, e que foi informada a Mesa de que o Partido Comunista Português assumiu as sugestões do texto alternativo que essa Comissão apresentou, e do Partido Social Democrata também anunciando que assume o texto alternativo.

Está aberta a discussão, a Mesa aceita inscrições, e, para já, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente da Comissão Regional para o Ano Internacional da Juventude:

Desejo, desde já, comunicar à Mesa que o Partido Socialista também assume a formulação dada pela Comissão a propósito da resolução em causa.

Como é sabido, o ano de 1985 foi escolhido pela Organização das Nações Unidas como o Ano Internacional da Juventude. A Proposta de Resolução ora em apreciação associa-se a essa proclamação superior, tendo, pelo menos, como virtude, reintroduzir nesta Câmara a temática da juventude, numa óptica que é supra-nacional, mas que nos informa e nos pode fazer reflectir sobre os problemas da juventude no espaço regional.

Convém, a propósito de referências a estratégias armamentistas ou não, que também se diga que o espírito da ONU é a proclamação solene por parte dos seus Estados Membros da "sua fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres", na crença de que o máximo de liberdade é o máximo de força motora que conduz a inovação, a modificação e a criatividade.

O espírito da ONU é o espírito de que a liberdade individual e colectiva, na justa proporção em que se não autodestroem, é o fundamento da preservação dos direitos humanos no mundo. O espírito que proclama na "Declaração Universal dos Direitos do Homem" o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria", a ONU interpreta-o como "a mais alta aspiração do Homem".

Como socialista, eu sei que no nosso País, na nossa Região, mesmo nas nações democráticas, não há dia também em que o egoísmo, a voracidade dos grupos económicos, os conflitos de gerações, as diferenças sociais e culturais arregimentadas ao longo da História, o dirigismo, a ânsia de alcance e de conservação do poder político e do poder económico, não martirizem a vida de tantos milhões de pessoas, sempre com especial relevo para os jovens, ofendendo-os nos seus direitos ou mesmo despojando-os do seu alcance prático. Mas no nosso País, ainda assim na nossa Região, e nas nações democráticas, as esperanças de transformação e de igualdade são potenciadas e revivem no exercício das liberdades políticas fundamentais. Nos países ditatoriais, porém, o caminho da realização dos direitos humanos - dos direitos da juventude! - é uma travessia feita de revolta interior colectiva, quase sempre

silenciada - em sistema: amortalhada.

O Ano Internacional da Juventude coincide também com o 20º aniversário da publicação de um fundamental documento da emancipação juvenil: a Declaração sobre a Promoção entre os jovens dos ideais da paz, respeito mútuo e compreensão entre os povos, contida numa Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 7 de Dezembro de 1965. Coincide inclusivé, também, com o 15º aniversário do "estabelecimento do programa de voluntários das Nações Unidas", igualmente alusivo à temática juvenil e constante de outra resolução da ONU, também de 7 de Dezembro mas de 1970.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os novos desafios das novas gerações moldadas a partir da década de setenta, no País e na Região, requerem, em época de crise regional, nacional e mundial, imaginação, transformação e, sobretudo, construtivismo. Encerrou-se pois um período em que se formaram, como homens, uma geração técnica moldada nos movimentos de renovação literária, na guerra colonial, na radicalização política e na negação das liberdades fundamentais: uma geração educada num espírito contestatário.

Os desafios são pois enormes e a integração plena da juventude na batalha colectiva do progresso requer um esforço atento à elaboração sectorial e à abertura de novas vias para a concretização desse objectivo.

Não me deterei, neste momento, a relembrar as inúmeras sugestões e propostas que, neste Parlamento e fora dele, o Partido Socialista, e eu próprio, já por demais vezes formulámos. Questões repetidas, como ainda hoje o foram, como a adequação do sistema de ensino à realidade regional, defendido por todas as organizações de juventude dos partidos com representação nos Açores e inclusivé os do Governo, como o aumento dos níveis de desemprego, que se sentem particularmente junto da juventude, sobre as formas de o atenuar ou de o neutralizar e, nessa matéria, para além das disposições legais existentes, permitia-me, neste caso, chamar-vos a atenção para um dos programas especiais de emprego da OCDE, a que se convencionou chamar de "Iniciativas Locais de Emprego", que já tiveram alguma aplicação, reduzida é certo, em alguns municípios localizados do Continente e que possuem um tratamento legislativo pormenorizado em países como a Espanha, a França ou a Suécia e que encontram também desenvolvimento na Conferência dos Poderes Locais da Europa, que se reuniu em Turim de 11 a 14 de Abril de 1984.

Outros problemas ainda como a política de ocupação dos tempos livres, como um incentivo às associações juvenis e à sua intergração nas colectividades culturais, constituem, no decurso

do debate político regional, reflexões que são, façamos justiça a nós próprios, anteriores à proclamação deste ano como o Ano Internacional da Juventude, mas, infelizmente, reflexões com consequências reduzidas no plano prático.

Ainda assim, creio legítimo invocar neste Parlamento este e outros aspectos que, nem por terem dimensão regional, deixam de ter uma importância determinante na forma como se moldam as actuais gerações jovens na nossa Região, certos aspectos que se prendem com aspirações dos jovens portugueses dos Açores, da Madeira ou do Continente e que não têm merecido a necessária atenção.

É o caso da revisão e publicação de uma nova lei do serviço militar que desafecte recursos humanos, que reduza o tempo de prestação do serviço militar e introduza no tempo de serviço uma maior componente cívica e humanitária.

Em sequência impõem-se também alterações no mesmo sentido, quer no Regulamento de Disciplina Militar, quer no Código de Justiça Militar, quer em toda a legislação do Estatuto da Condição Militar e na lei dos Tribunais Militares.

Nós devemos ter no nosso País as Forças Armadas que necessitamos para os nossos compromissos militares. Se existem generais a mais, pois eles que se reformem, compulsivamente ou não, como se faz em relação a empresas para as quais se pretende obter o respectivo saneamento económico.

Após a aprovação da lei dos objectores de consciência, impõe-se, efectivamente, a sua regulamentação. Regulamentação que se impõe face à existência em Portugal de um número calculado de cerca de 30.000 pedidos de declaração de objecção de consciência e, nos Açores, de um número igualmente significativo, face ao número de jovens que aguardam a sua integração no serviço militar.

Impõe-se ainda a revisão da lei do serviço cívico. E foco estes temas de actualidade, sobretudo nacional, porque eles são, efectivamente, temas que, na sua aplicação às gerações mais jovens, as atingem em momentos determinantes da sua evolução e da sua integração social.

Impõe-se, como de alguma outra forma já foi dito, a adopção de um Plano Regional de Emergência de prevenção ao consumo da droga e de repressão ao respectivo tráfico, visto que os índices de consumidores habituais de drogas na Região são verdadeiramente crescentes, são verdadeiramente alarmantes. E sobretudo alarmante é a circunstância dos jovens que penetram nesse mundo especial, paralelo ao nosso, a fugir do nosso, esses jovens, hoje, debatem-se com o maior problema: que é libertarem-se, efectivamente, desse mundo, porque não existem na Região, nem sequer existem a nível nacional, instituições com capacidade de absorção do número de pessoas que necessitam

de operar a sua reintegração.

Existem, de resto, como se sabe, em termos nacionais, um número que não nos pode deixar de fazer pensar, ou seja, um número que ascende e que se estima em cerca de 90.000 jovens consumidores dependentes.

Uma pedagogia adequada de igual modo se exige no campo da prevenção do consumo do álcool, também alarmante no que toca aos Açores, também alarmante no que toca à sua incidência na juventude, sabendo-se, porque as estatísticas falham sempre quando se trata da Região Autónoma, que, em termos nacionais, existem cerca de 800.000 consumidores dependentes.

A promoção da participação juvenil passa ainda, no que toca por exemplo à participação estudantil, no enquadramento legal dessa participação na instituição universitária - mais concretamente na gestão da instituição universitária - participação que não se opera em virtude do alibi criado com o regime de instalação na instituição que é a Universidade dos Açores.

A própria viabilidade democrática e financeira das associações dos estudantes, veículos que poderiam desempenhar um papel fundamental nessa reintegração, veículos que poderiam desempenhar um papel importante na integração, não é cuidada e não é disciplinada. Existe legislação a nível nacional que protege as associações de estudantes. Ela não é aplicada na Região Autónoma dos Açores, e também não tem sido aplicada por nenhum dos Governos da República até ao momento.

A revisão, para ser mais concreto, por exemplo do sistema de bolsas, que nós pensamos extensivo, quer ao ensino superior, quer ao ensino secundário, deve ser elevada a outros montantes, e esses montantes indexados aos do salário mínimo nacional.

Formas de apoio suplementar no campo da habitação, como por exemplo em relação ao sector cooperativo, que reserva da sua iniciativa casas para casais jovens.

A própria formação no seio da Região de um Conselho Regional da Juventude, reinvidicado - já que estamos em maré de organizações juvenis - pela Juventude Socialista, mais tarde pelo programa de Governo do Partido Socialista e, ainda mais tarde, pela própria Organização de Juventude do Governo.

Uma maior especialização na temática juvenil da parte da própria Comissão Parlamentar, que é a Comissão dos Assuntos Sociais, que reserva para si a vocação sobre estes temas.

Muitas outras questões se poderiam aqui colocar. E eu coloco-as numa perspectiva de que a nossa consciência as retenha e, no que se refere àquilo que depende da nossa iniciativa, possa essa iniciativa ser despoletada, mais cedo ou mais tarde, por qualquer das componentes

desta Assembleia.

Por outro lado, é de frisar, e este é um momento oportuno para isso, que a intervenção juvenil organizada e institucionalizada no sector do ambiente é uma forma privilegiada de envolvimento responsável da juventude na vida colectiva, sabida, aliás, que a tomada de consciência da crise ambiental, nos países de industrialização avançada, e agora no nosso País e na nossa Região face aos constantes apelos à lógica produtivista, suscitou entre a juventude um amplo movimento de revalorização da consciência ecológica, que ressurgiu no princípio da década de setenta, no País, com uma verdadeira explosão de projectos eco-políticos sectoriais, mas, infelizmente, quase sempre provenientes de sectores estudantis e/ou intelectuais.

A interrogação sobre alguns aspectos de um duvidoso progresso mantém-se na consciência mundial, mas o seu mais susceptível e vocacionado intérprete tem sido e será a juventude.

Há que dar força institucional a essa consciência, dar-lhe enquadramento legal, consciência que também se assume nos Açores, e que vem sendo abalada por tantos eventos, desde as 150.000 vítimas de Hiroxima às experiências nucleares, por exemplo as ligadas à Federação dos Cientistas Atómicos, à descoberta de estrôncio radioactivo em esqueletos de crianças, à surdez dos furiosos do crescimento ao apelo do Instituto de Tecnologia de Massachussets, em 1972, em que se dizia que a humanidade teria 10 anos para inflectir a sua marcha destruidora e se preconizava um nível de "crescimento zero".

Presidente: Sr. Deputado, desculpe interrompê-lo, mas é só para lhe dizer que só tem mais um minuto. Se lhe falta muito tempo, pode depois fazer uma segunda intervenção.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Eis, pois, um campo, onde há que responsabilizar as gerações dirigentes do futuro, dando-lhes os meios e a palavra no presente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como disse, a proposta de resolução do PCP nada de especial nos sugere, a não ser o prolongamento útil destas reflexões gerais com interesse regional.

Creio que já se disse quase tudo sobre a forma como têm vindo a ser organizadas as comemorações do Ano Internacional da Juventude nos Açores, em relação às quais se institucionalizou um verdadeiro coro de protesto.

Ao Governo incumbe agir segundo a recomendação ora proposta por esta Assembleia.

Chamo-vos, finalmente, a atenção para as conclusões da Conferência da Assembleia da República subordinada aos temas do Ano Internacional da Juventude, matéria aliás cuja pertinência talvez aconselhasse uma maior conhecimento por

parte dos deputados, nomeadamente pela circunstância de nela ter participado também um jovem desta Assembleia: o Sr. Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais.

Votamos, assim, favoravelmente a proposta de resolução modificada pela Comissão dos Assuntos Sociais, retiradas que foram, por acordo na Comissão, algumas heresias literárias da Representação Parlamentar do PCP.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

O Grupo Parlamentar do PSD, apoia favoravelmente a proposta de resolução apresentada pela Comissão dos Assuntos Sociais, proposta essa, que este Grupo Parlamentar assumiu na sua totalidade.

O nosso apoio anula clara e inequivocamente a proposta de resolução que o PCP havia apresentado, porquanto ela era portadora de alguns objectivos e intenções que o PSD rejeita frontalmente e que depois numa viragem enorme, histórica, talvez, o PCP acaba por apoiar.

Vamos votar conscientes de que "a Juventude não tem dono", e que ela por si própria é capaz em muitos casos de distinguir o rumo a seguir na busca de valores fundamentais, que alguns, opinam estar afastados dessa mesma Juventude. Diria que, pelo contrário, ideais como liberdade, fraternidade e justiça social são ainda hoje virtualidades presentes no dia a dia dessa mesma Juventude.

A Juventude de hoje, analisando o seu comportamento inserido na época histórica em que vivemos não é pior do que foi o comportamento de outras juventudes.

É igual. Mas mais humanista, talvez.

Mais do que comemorar o Ano Internacional da Juventude, que se pretende que seja um passo positivo na formação e promoção de um escalão etário tão rico de ideais e realizações - fermento e alicerce da sociedade do amanhã - interessa acima de tudo descer do ideal ao prático, e assentar com objectividade em acções conducentes em criar realmente condições de realização e inserção na vida sócio-económica da Região, dessa imensa onda de juventude.

Por toda a Região de uma forma ou de outra, a comemoração do Ano Internacional da Juventude, vai sendo uma realidade. E felizmente que o Presidente das comemorações oficiais do Ano Internacional da Juventude, Sr. Deputado do PCP, é o jovem Presidente do Governo Regional, e felizmente que o Governo Regional e esta Assembleia, têm uma grande percentagem de juventude,

porque se houvesse na União Soviética comemorações do Ano Internacional da Juventude, o Presidente seria um senil Presidente de 65 anos ou mais de idade, média da juventude política da União Soviética, que o PCP muito claramente defende.

Mas de concreto que marco vamos legar a essa Juventude?

Que pistas existem capazes de mobilizar e integrar a nossa Juventude no mundo do trabalho, desviando-a assim da ilusão que gera a droga, o álcool e a prostituição? Nessa área todos nesta Casa estamos sensibilizados para o problema, que é actual, e precisa de urgente solução.

Temos já uma longa caminhada nesse sentido.

Basta para tal comparar as dificuldades que muitos de nós tivemos no acesso ao ensino, para a realidade em que hoje se concretiza esse mesmo ensino, oportunidades iguais para todos os nossos jovens, atendendo-se assim a todas as classes sociais de uma Região, nessa atitude que deve ser sempre corrigida, quando algum pormenor ainda subsistir.

O campo político abrange hoje também um grande número de jovens, possibilitando-lhes assim, uma participação na vida pública, quer nos partidos, Assembleia, Governo ou Autarquias, desfazendo velhas injustiças que apenas permitiam aos mais privilegiados, aos "privilegiados" do velho regime, tal participação na "coisa pública".

São direitos elementares de vivência, liberdade e justiça democrática, postos hoje à disposição de toda essa imensa onda humana, que é sem dúvida, certeza de um continuar no futuro a trilhar-se, os caminhos que hoje e continuamente procuramos aplanar tendo em vista uma efectiva justiça social, em liberdade e fraternidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Juventude que temos, apenas podemos dar-lhes a realidade em que vivemos. Há pois que a preparar para o mundo que a rodeia, trazendo-a ao encontro das perspectivas de trabalho, que tem de, e fundamentalmente, basear-se nos factores produtivos em que assenta a estrutura económica açoriana.

A agricultura, as pescas, a indústria, o comércio, o artesanato e o turismo, são áreas sobre as quais é necessário nos debruçarmos como perspectivas válidas para a "entrada" no mundo do trabalho.

É sinal de evolução e de dignificação social que a essas áreas, se tragam jovens saídos das nossas escolas preparatórias e secundárias, com uma formação cultural que lhes vai permitir enriquecerem tais actividades económicas.

Para tal é necessário desde já introduzir nas nossas escolas, programas de educação tendentes a motivar e formar os jovens na perspectiva já apontada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ao Governo cabem importantes acções no sentido de dar corpo a programas já explanados algumas vezes, no respectivo programa de Governo. Referiria, como exemplo, o associativismo, a implementação do Estatuto do Jovem Agricultor, e também, **acrescentaria do Jovem Pescador**, passos basilares, concretos e objectivos, a integrar, digamos, neste Ano de Comemorações.

A nós deputados, cabe também uma função importante de legislar, criando condições adequadas, para ajudar os jovens na procura de uma realização profissional, que os promovam humana, cultural e economicamente.

É um desafio que sempre se nos colocou, que cada vez se torna mais premente, e que atendendo à realização do Ano Internacional da Juventude, mais se justifica, como forma de participação concreta nas comemorações já mencionadas.

É um desafio que se coloca com acuidade e nos sensibiliza a todos nós Deputados Regionais, e ao qual devemos responder positivamente.

Merece-o a nossa Juventude.

Merece-o o futuro que todos nos empenhamos em construir.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt para uma intervenção.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Algumas palavras sobre este tema. E profiro-as tanto mais à vontade porquanto o Sr. Dr. Mota Amaral, Presidente do Governo Regional dos Açores, detém, neste momento, a qualidade de Presidente da Comissão Regional para as Comemorações do Ano Internacional da Juventude.

Sendo, pois, eu alguns anos (não muitos?) mais novo do que o Sr. Presidente do Governo Regional, julgo que posso, obviamente, e que me enquadro ainda, na temática que aqui estamos a discutir.

A juventude, de facto, é, acima de tudo, um estado de espírito que deve ser preservado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um facto indesmentível é que a juventude hoje, como ontem, debate-se com problemas. Problemas que não são, por exemplo, para a juventude de hoje, os mesmos que foram para a minha geração na altura da sua adolescência, e problemas esses que não foram os dos nossos pais na altura em que eles próprios foram jovens. Os nossos pais debateram-se com uma vida de dificuldades de toda a ordem, como nós sabemos, porque crescemos na nossa maioria conjuntamente com esses problemas.

A juventude de hoje tem motivações plenamente compreensíveis. É plenamente compreensível que os jovens de hoje sejam sensíveis às questões relacionadas com a ecologia e com a ameaça nuclear.

A juventude da minha geração, que é de uma forma geral a nossa geração, não teve tempo para pensar nos problemas das ameaças ecológicas e nucleares, porque no tempo, Srs. Deputados, da minha geração quando adolescente, os problemas principais, os que estavam na primeira linha das nossas preocupações, eram o espectro de uma longa guerra colonial e um regime político ditatorial.

A juventude de hoje já não vive sob esse espectro! Mas é fundamental que aos jovens de hoje lhes seja recordado o que foi o sofrimento da juventude da geração que hoje possui a minha idade: um ambiente pesado, de receio. E cumpre, neste momento, lembrar aqueles que hoje não são adultos porque, em África, na plenitude da sua juventude, morreram numa guerra colonial e aqueles que, hoje sendo adultos e nela participaram, estão vivos mas diminuídos fisicamente para o resto das suas vidas.

É a nós, jovens de ontem, adolescentes de ontem, adultos de hoje, que compete encontrar a resposta aos problemas dos adolescentes de hoje, da juventude actual.

Estamos, de facto, a comemorar o Ano Internacional da Juventude. Bom seria, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, que este Ano Internacional da Juventude não se processasse única e exclusivamente com as manifestações recreativas de índole cultural que, sendo importantes, passam, mas o futuro, para os jovens de hoje, é o posto de trabalho, o direito a ganhar o pão com dignidade.

Que este Ano Internacional da Juventude não se fique pelos discursos que, passado o ano, passam e caem no esquecimento!

Já se comemorou o Ano Internacional da Criança, um ano em que a criança foi falada diariamente, mas que hoje, infelizmente, por toda a parte, continuam a morrer e a passar fome.

Não vale a pena anos internacionais para lembrar seja o que for, se isso não servir para ser recordado nos anos seguintes com o empenhamento da solução desses mesmos problemas.

O Ano Internacional da Juventude, com referência na nossa Região Autónoma, deve servir, sim, para poder dar esperança, no futuro, aos jovens, introduzindo condições de transformação da nossa economia para criação de postos de trabalho, acumulação de riqueza e sua justa distribuição.

Se os jovens, hoje, nos Açores, vivem descrentes do futuro, eles têm razão para isso!

É necessário encontrarem-se as respostas para esses problemas.

Neste momento, os próprios Centros de Emprego dos Açores registam um baixíssimo número de inscritos para o primeiro emprego. Não porque não hajam candidatos a primeiro emprego, mas porque desacreditam que, através desses serviços, seja encontrada a solução para o emprego que necessitam!

É necessário que os Centros de Emprego continuem, mas que se dinamizem e que possam, através da sua função, criar os postos de trabalho hoje para os jovens de hoje, para que, amanhã, sejam adultos que possam dizer. "Valeu a pena viver a juventude"!

Muito obrigado.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Antes de mais convirá referir as razões que levaram a Assembleia Geral das Nações Unidas a proclamar um Ano Internacional da Juventude a fim de se entender em que enquadramento nós nos encontramos, a referir algumas palavras sobre aquilo que é o Ano Internacional da Juventude.

Na verdade a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou-o por:

- Reconhecer a grande importância da participação directa da juventude na construção do futuro da humanidade e a válida contribuição que os jovens podem dar para a implementação da nova ordem económica internacional, baseada na igualdade e na justiça;

- Considerar necessário difundir entre os jovens os ideais da paz, respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, solidariedade humana e dedicação aos objectivos do progresso e do desenvolvimento;

- Estar consciente da necessidade de aproveitar a energia, o entusiasmo e a capacidade criativa dos jovens nas tarefas relativas à construção nacional, na luta pela independência nacional, e contra o domínio e ocupação estrangeira, no avanço económico, social e cultural dos povos, na implementação da nova ordem económica internacional na preservação da paz mundial e na promoção da cooperação e entendimento internacionais;

- Acreditar que é urgente consolidar os esforços de todos os Estados para a concretização de programas específicos relativos aos jovens e desenvolver as actividades das Nações Unidas e das suas instituições especializadas no âmbito da juventude, incluindo o intercâmbio juvenil nos domínios cultural, desportivo e outros;

- Considerar que a preparação e a celebração de um Ano Internacional da Juventude oferecem

uma proveitosa e significativa oportunidade de chamar a atenção para a situação, necessidades e aspirações dos jovens, para aumentar a cooperação ao nível dos assuntos de juventude, para realizar programas de acção para a juventude e para envolver os jovens no estudo e na resolução dos problemas nacionais e internacionais mais importantes;

- Estar confiante que um Ano Internacional da Juventude contribuirá para mobilizar os esforços a nível local, nacional e internacional, com vista à promoção de melhores condições de vida, de educação e profissão para os jovens, contribuindo também para assegurar a sua participação no desenvolvimento geral da sociedade e ainda para incentivar a preparação de novas políticas e programas nacionais e locais, de acordo com a experiência, condições e prioridades de cada país.

Uma primeira questão que à partida se poderia colocar: para quê um Ano Internacional da Juventude?!

É, sem dúvida, discutível em nossa opinião, a proclamação destes dias, dado que, por vezes, só servem de "alibi" a alguns responsáveis políticos que preparam manifestações pomposas a uma acção e medidas concretas úteis.

Seja como for, a proclamação do Ano Internacional da Juventude obrigou, pelo menos, a sentir-se a necessidade de abordar alguns dos problemas que afligem a juventude e, porque não dizer, que afligem a nossa sociedade.

A juventude actual vive - e viveu praticamente desde a sua infância - numa sociedade em crise. No entanto de uma crise cultural generalizada, de raízes muito profundas e incerta resolução, que pôs em causa as ideologias, que está a modificar os valores sociais, os modos de vida, as relações e as estruturas familiares.

Os jovens de hoje experimentam, para além da incerteza, a falta de perspectivas provocada pela crise económica. E a sociedade, atingida também por essa crise, não sabe o que fazer perante a situação.

A resposta aos problemas da juventude passa sem dúvida pela equação correcta dos mesmos - quais são as suas causas, como se devem abordar, que tipo de medidas se podem aplicar, quais os objectivos a atingir.

São questões que têm de ser o resultado dum trabalho colectivo e, fundamentalmente, dos próprios jovens.

Convém, no entanto, realçar que os factores causais dos problemas dos jovens não têm as suas raízes na juventude, mas antes na própria sociedade. São os mesmos factores que causam os fenómenos da crise cultural, económica, social e política.

Factores que afectam ou são mais sentidos pelos jovens porque a juventude constitui o sector mais dinâmico da sociedade e porque ocupa na estrutura social uma posição mais crítica, essencial ao funcionamento e desenvolvimento da própria comunidade.

Entre nós a juventude, perante a situação actual, toma, por vezes, uma reacção de afastamento e de revolta, qual das duas a mais preocupante, mas, em nossa opinião, é fundamentalmente a do afastamento.

Na verdade não podemos dizer, porque não há, que haja uma política integrada da juventude. Urge reclamar pela definição de tal política, que visará o desenvolvimento e a participação.

Desenvolvimento dos aspectos sócio-culturais, económicos e políticos da sociedade, que tenha por base a pessoa humana e, em especial, a condição juvenil, com a finalidade primordial da correcção dos efeitos sociais negativos e da melhoria da sua qualidade de vida.

Desenvolvimento que seja um processo de mudança social, económica e política, que permita à juventude realizar integralmente o seu potencial humano, evocando um processo dinâmico ou evolutivo da qualidade de vida da nossa comunidade.

Participação que pressupõe o reconhecimento dos direitos e dos deveres dos jovens e a possibilidade de colaborarem de uma forma efectiva e criativa nas decisões que lhe dizem respeito, a todos os níveis.

Participação que pressupõe a criação do ambiente propício que os jovens descubram o valor e o mérito do seu contributo.

Participação que permita que os próprios jovens descubram o valor da democracia.

Participação que será valorizada nas definições das políticas apropriadas de educação, formação, habitação, cultura, tempos livres, informação e qualidade de vida.

Participação que exija o exemplo dos responsáveis pelos destinos da nossa comunidade. Não vale a pena vir-se falar que deve ser assim, condenar isto e aquilo quando, muitas vezes, são aqueles que condenam na juventude o alcoolismo e a droga, que fomentam e que são aquelas que, na verdade, se aproveitam dessas mesmas situações.

Participação que exige maior vigor, maior rigor no julgamento e no juízo que se faz perante os prevaricadores e que fazem, muitas vezes, criar um ambiente de permissividade e que põe em causa os valores reais duma sociedade que deve procurar realçar e chamar a atenção de toda a comunidade para os valores sociais e cívicos da sociedade que fomos e que temos que tentar ser na Região Autónoma dos Açores.

Perante a situação económica que temos e vamos legar aos jovens, o que podemos e devemos fazer é confiar nas suas capacidades humanas

e passar a actuar de forma a proporcionar as condições mínimas e necessárias para que lhes seja possível a sua realização como pessoas com aspirações, com dinamismo e com um elevado grau de inconformismo. Só assim se poderá pôr cobro ao conformismo e situacionismo que se está instalando em termos que podem ser qualificadas de preocupantes.

Ao terminar, esperamos que o Ano Internacional da Juventude na Região e no País não tenha servido ou sirva de "alibi" para quem quer que seja e constitua antes um alerta para as dificuldades reais que vivemos e que urge vencer. E só é possível vencer com a consciencialização que elas são reais, são existentes e há que as ter em conta e não tentar fugir delas.

Muito obrigado.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

Nesta breve segunda intervenção, gostaria de colocar algumas questões suscitadas por outras intervenções, e algumas questões que, de alguma forma, teriam que ser colocadas.

A primeira questão que queria referir é qual a razão por que o PCP adopta como sua a redacção dada à proposta de resolução pela Comissão dos Assuntos Sociais.

Este assunto tem que ser bem esclarecido, em função da intervenção do Sr. Deputado Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD. E tem que ser bem esclarecido porque a proposta que nós vamos votar não é uma proposta da Comissão dos Assuntos Sociais. A proposta que vamos votar é um texto sugerido pela Comissão dos Assuntos Sociais em alternativa ao texto proposto pelo PCP.

Isto são coisas diferentes, e significa exactamente isto:

O Sr. Presidente da Assembleia fez baixar a Proposta de Resolução do PCP à Comissão dos Assuntos Sociais - devo dizer que no melhor dos ambientes - procurou discutir e procurou negociar uma plataforma de entendimento que possibilitasse a aprovação de todos os seus membros.

E foi assim que se processou: num espírito de negociação. E foi no espírito de negociação que o PCP assumiu - assumiu na Comissão e assume perante esta Câmara - e deve notar-se que essa negociação foi, aliás, conduzida, penso que por todas as partes, com a maior das aberturas.

A prova disso está no facto que, dos três pontos da resolução, há duas alterações - uma curta frase que foi suprimida e uma outra frase que foi alterada por proposta do Sr. Presidente

da Comissão - e, aliás, essa proposta que ele fez, precisa melhor a ideia que se queria incluir no ponto 2 da resolução e que diz respeito aos contratos a prazo.

Portanto, nos 3 pontos da resolução, há apenas duas alterações no pormenor. Há, sim, alterações de maior fôlego nos considerandos da resolução. Mas, aí, a orientação que o Deputado do PCP assumiu na Comissão - e daí a razão de assumir o texto - é que, o que para mim era essencial e é essencial, é exactamente manter nos considerandos os 3 pontos, que são aqueles que constam da resolução da ONU, e que têm a ver com o espírito do Ano Internacional da Juventude e que são: o desenvolvimento, a participação juvenil e a Paz.

Foi-se para formulações menos ideológicas, foi-se para formulações mais sucintas e que, efectivamente, podem (puderam, pelo menos) ser aceites por todos.

Penso que esta Câmara só se dignifica com isso! Penso que esta Assembleia só ganha com isso!

Houve realmente um espírito aberto de diálogo, e chegou-se a um texto que partiu, efectivamente, - e os outros membros da Comissão aqui presentes poderão confirmar as minhas palavras se o entenderem necessário - do texto base do PCP - aliás, basta confrontar o texto base e o texto da Comissão - reduziu-se o preâmbulo a formulações mais sucintas e menos polémicas e, no texto da resolução, houve duas alterações de pormenor.

Eu queria esclarecer completamente este assunto, para que não fiquem dúvidas das razões que presidiram a este processo. Inclusivamente, posso dizer que nós começámos o nosso trabalho na Comissão dos Assuntos Sociais por uma pergunta que me foi dirigida pelo Presidente da Comissão no sentido de saber se o deputado proponente aceitava negociar o texto. A resposta foi que sim e, a partir daí, começou-se a trabalhar.

Portanto, o Deputado do PCP assume a proposta da Comissão como sua porque ela nos considerandos, contempla aquilo que para ele é essencial - a consagração dos três princípios definidos pela ONU - e porque mantém o essencial da resolução, ou seja, aquilo tudo que, para nós, é importante ser resolvido por esta Assembleia.

Em relação a algumas outras questões, falou-se aqui de políticas de Governos, falou-se aqui dos Governos já longínquos de outros anos - e que são atribuídos ao PCP embora incorrectamente - falou-se aqui dos Governos mais recentes.

Não ficou, talvez, - e queria que ficasse bem frisado - que os Governos, efectivamente mais recentes, destes últimos anos todos, chamados "Governos Constitucionais da República", e um que está em vias de desaparecimento mais ou

menos acelerado, não têm, como aliás foi reconhecido por um Sr. Deputado que me antecedeu e que faz parte do partido que era maioritário no Governo da República, não têm tido, repito, uma política coerente, integrada, capaz, bem pensada, em relação à juventude. Não têm tido pura e simplesmente em minha opinião, qualquer política minimamente coerente.

Em relação ao Governo Regional dos Açores - e é pena que os seus titulares já tenham saído - a nossa opinião, como ficou expresso mas queria frisar, é que, efectivamente, há de facto um conjunto de medidas, mas incoerentes, e, inclusivamente, está-se a detectar que algumas medidas mais recentes, se estão por um lado a contribuir para resolver temporariamente alguma situação, estão a abrir buracos noutras situações muito delicadas.

Portanto, a questão essencial que se põe é realmente uma mudança de política em relação à juventude.

Em relação a uma questão que foi aqui aflorada, e que eu antes de mais queria esclarecer que não entro por esse tipo de polémicas, foi a da juventude da União Soviética. Eu não entro por esse tipo de questões, mas queria só dar conhecimento, para quem não conheça - também conheço pela Comunicação Social - que efectivamente, este ano realiza-se, organizado internacionalmente, na capital da União Soviética, um Festival Internacional da Juventude. E, de acordo com informações que julgo saber, estarão presentes nesse festival jovens açorianos, que são convidados pela Comissão Nacional Organizadora, e que se situam, tanto quanto pude saber, em vários quadrantes políticos e ideológicos e que estarão presentes nesse festival que se realiza em fins de Julho/Agosto.

É apenas esta informação para enriquecer o conhecimento de alguns deputados desta Casa.

Gostaria de terminar, dizendo que o PCP e a Juventude Comunista Portuguesa na região Autónoma dos Açores estão perfeitamente dispostos a colaborar, seja com quem for, no sentido de contribuir para que o que falta ainda deste Ano Internacional da Juventude, e para o dos anos que se aproximam, possa, efectivamente, ser realizada uma política coerente, capaz e útil a favor da juventude desta Região. Concretamente, no que toca às comemorações do Ano Internacional da Juventude, o PCP e a JCP não se vão coibir até ao fim do ano de tomar as iniciativas próprias que entenderem tomar, como já tomaram algumas, mas estão perfeitamente abertos a dialogar com outras organizações políticas juvenis, e até com instâncias governamentais, no sentido de poderem contribuir para que estas comemorações sejam abertas, sejam úteis e sejam efectivamente um factor de mudança a favor da juventude dos

Açores.

Disse. Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado António Silveira pede a palavra para?...

Deputado António Silveira (PSD): Para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado do PCP.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só um pequeno esclarecimento, sem ser polémico até.

Eu disse que o Partido Social Democrata votava a favor da proposta da Comissão dos Assuntos Sociais porque ela é alternativa à proposta que o Deputado do PCP apresentou. Que fique claro, que nós votamos é a proposta da Comissão dos Assuntos Sociais!

Quanto aos conhecimentos novos ou às informações que o Sr. Deputado traz à Câmara, eu julgo que realmente todos nós aprendemos alguma coisa no dia-a-dia e, julgo também, por aquilo que o Sr. Deputado aqui nos diz, que as informações acerca da União Soviética o Sr. Deputado melhor do que ninguém nos pode informar de tais conhecimentos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É pena, efectivamente, que certos condicionalismos políticos, que ainda existem, tenham que obrigar, muitas vezes, a que as forças minoritárias nesta Assembleia, para poderem ter a possibilidade, às vezes até muito longínqua, de fazer aprovar alguma coisa, precisem de recorrer a algum expediente.

Eu posso-vos dizer, e gostaria de vos dizer com toda a sinceridade, que o texto proposto pela Comissão subscrevo-o inteiramente, como prova a declaração que entreguei na Mesa, mas podia ter feito um texto muito semelhante, muito parecido, sem a carga ideológica inicial e entregá-lo na Mesa, mas não tinha a certeza de que a maioria, nessa hipótese, votasse directamente a Proposta de Resolução do PCP:

Assim, isto foi objecto de uma negociação, que nós assumimos e que os elementos do PSD na Comissão assumiram e que os elementos do Partido Socialista na Comissão também assumiram. Foi objecto de uma negociação política.

O que eu lamento é que se queira minorar essa negociação política porque, essa negociação política, foi o essencial deste processo, e não deve ser minorada, como não deve ser minorado - e a justiça tem que ser feita para quem for - o facto de o PCP ter tido a iniciativa, porque teve efectivamente a iniciativa!

No que respeita à segunda parte das

observações do Sr. Deputado Silveira, eu não lhe pretendo ensinar nada. O Sr. Deputado tem ideias assentes sobre muitos assuntos, não lhe vou ensinar nada, e é por essa razão que não entro nesse tipo de discussão. Pretendi apenas informar dum facto que tenho conhecimento, que é a realização dum Festival Internacional da Juventude em Moscovo, e o facto de saber também que vão jovens açorianos de vários quadrantes políticos. Era só isso que pretendi dizer. Mais nada.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma brevíssima intervenção, até porque a fome, de resto, já consumiu alguns dos presentes...

(Risos do PS)

Lamento, efectivamente, que o Sr. Deputado António Silveira tenha tomado uma brincadeira a sério.

Quando a gente diz "o jovem Sr. Presidente do Governo", não dizemos isso a sério! Estamos apenas a brincar. Da próxima vez, como o Sr. Deputado não percebe à primeira, eu hei-de dar ao Sr. Presidente a designação mais correcta.

Eu lamento, efectivamente, que o Sr. Presidente do Governo tenha dado "vilas a Diogo" depois de estar aqui meia hora a discutir com o Sr. Deputado Natalino Viveiros as sequelas do gestor público.

(Protestos do Sr. Deputado Natalino Viveiros e de outros deputados da bancada do PSD).

O Orador: É a irreverência da juventude...

Deputado Natalino Viveiros (PSD): Não é da irreverência da juventude! É da senilidade!

O Orador: Tenha juízo, Sr. Deputado!

De qualquer modo, a 12 de Fevereiro deste ano, já lá vão portanto 4 meses, eu solicitei e fiz um requerimento escrito ao Sr. Presidente do Governo Regional, através da Mesa da Assembleia, em que pedia ao Presidente do Governo - que era também Presidente da Comissão Regional para o Ano Internacional da Juventude - diversas respostas a diversas questões que se prendiam com a organização das comemorações que estavam a ser feitas na Região. Era, evidentemente, um requerimento que tinha uma pequena liberdade de linguagem, que não ia além de uma ironia educada e saudável. Sua Excelência o Sr. Presidente do Governo - que aqui não está e eu não tenho culpa por isso - resolveu, até ao momento, não responder e esse requerimento que se limitava a perguntas - como por exemplo, como vão ser organizadas as Comissões Concelhias, como vão ser organizadas as Comissões de Ilha, que programas é que são susceptíveis de apoio,

que programas é que não são - perguntas que careciam, evidentemente, de uma resposta, para que também eu pudesse ter um julgamento adequado sobre a dimensão das comemorações que se iam fazer.

O Sr. Presidente do Governo entendeu não me responder, até ao momento, neste Parlamento. E o que eu tenho a dizer, quer esteja ou não o Sr. Presidente do Governo - e como ele é como o Espírito Santo que está em toda a parte - eu digo ao Sr. Presidente do Governo que, o acto de "não resposta" ao meu requerimento, é uma vergonha que assenta muito bem naquilo que eu considero o Presidente do Governo Regional dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos César:

Nós vamos entrar aqui numa discussão até porque nem pretendo isso - sobre o que é que se entende àcerca de juventude ou não. Simplesmente, a minha intervenção foi na sequência do que disse o Deputado José Decq Mota. Eu também posso ter algumas interpretações sobre o que é que se entende ou não por juventude.

Simplesmente, julgo que o Sr. Deputado José Decq Mota não precisa, talvez, dessa sua defesa tão acalorada. Eu referi-me concretamente àquilo que ele disse na sua intervenção.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, não há mais inscrições para intervenções, de forma que creio que podemos passar à votação.

Como o Partido Socialista também já declarou que assume os textos alternativos, nós vamos começar por votar a proposta de alteração da Comissão dos Assuntos Sociais, que o Sr. Secretário da Mesa vai fazer o favor de ler.

Secretário: A Comissão dos Assuntos Sociais apresenta a seguinte proposta alternativa à do Deputado do PCP:

1. O presente ano de 1985 é por decisão da ONU, o Ano Internacional da Juventude.

2. Ao decidirem dedicar o ano corrente como Ano Internacional da Juventude, as Nações Unidas propuseram, como é sabido, que nas acções a serem desencadeadas em cada País fossem aprofundadas as importantes questões da participação juvenil, do desenvolvimento, do desarmamento e da Paz.

3. A participação juvenil na vida económica, social, política e cultural dos nossos dias é condição essencial à resolução completa, eficaz e útil dos graves problemas com que as sociedades se debatem.

4. A crise económica, com que o nosso País e a nossa Região se debatem afecta gravemente

os legítimos anseios e aspirações da juventude. Daí que seja imperioso criar condições propícias a catalizar as potencialidades criativas da juventude.

Por outro lado, a participação juvenil exige, antes de mais e acima de tudo, uma acentuada e clara abertura dos poderes instituídos à inovação, modificação e criatividade.

5. Importa ainda mobilizar a juventude da Região para a sua participação na criação de uma consciência colectiva em prol da Paz e do desarmamento mundial.

Face ao exposto, a Assembleia Regional resolve:

1ª Considerar como de profundo interesse regional todas as acções eventualmente já previstas ou a programar no âmbito das comemorações do Ano Internacional da Juventude, que tenham em conta o aprofundamento das temáticas da participação juvenil, do desenvolvimento, do desarmamento e da paz.

2ª Considerar como questão essencial para que o ano em curso seja de facto o Ano Internacional da Juventude a necessidade de serem ponderadas, equacionadas e tomadas medidas concretas no sentido de poderem vir a ser cabalmente resolvidos os grandes problemas que afectam a juventude na Região, designadamente, as dificuldades na obtenção do primeiro emprego e as suscitadas pelos contratos a prazo, as situações de desemprego ou sub-emprego, as deficiências e limitações do sistema de ensino, a ocupação dos tempos livres e a promoção cultural.

3ª Recomendar ao Governo Regional que na programação e execução de todas as actividades oficiais destinadas a assinalar, na Região, o Ano Internacional da Juventude, seja aplicado o princípio da participação juvenil com vista a que sejam de facto os jovens os principais dinamizadores e intervenientes nas suas comemorações."

Presidente: Srs. Deputados, vou pôr à votação este texto que foi proposto pela Comissão e assumido pelos partidos atrás mencionados.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Baixa à Comissão para a redacção final.

Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota para uma declaração de voto.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma curta declaração de voto.

Com a adopção desta resolução, a Assembleia Regional dos Açores assume uma posição construtiva

face aos objectivos que se pretendem atingir com as comemorações do Ano Internacional da Juventude.

Daf, a razão do PCP ter tomado esta iniciativa e ter feito tudo quanto estava ao seu alcance para que ela pudesse ser aprovada por esta Assembleia Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Bastos para uma declaração de voto.

Deputado Luís Bastos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este Grupo Parlamentar votou favoravelmente esta proposta de resolução sobretudo pelo interesse que o PSD coloca na problemática da nossa juventude. Mas, pensar os problemas juvenis, pensar a situação dos jovens, não deverá nunca confundir-se com tentativas de aliciamento visando, não uma profunda preocupação tendente a conhecer os seus problemas para uma possível e posterior solução dos mesmos, mas, outrossim, colher dividendos políticos, aproveitando acções aparentemente dinamizadoras da temática juvenil para publicitação dos slogans mais convenientes à propaganda política ou partidária.

Assim, pareceu-nos que a presente proposta alternativa da Comissão dos Assuntos Sociais, contém aquilo que consideramos essencial, para que, do ponto de vista do PSD, o Ano Internacional da Juventude tenha a expressão desejável e a projecção condigna na Região. Daqui o sentido do nosso voto.

De facto este Parlamento, por via desta proposta, toma posição sobre uma matéria que, além de per pleno cabimento neste ano que decorre, constitui um alerta para a importância do lugar que muito justamente cabe à juventude no processo global de desenvolvimento da sociedade em que vivemos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O PS votou favoravelmente a proposta discutida porque, na medida em que não parece possível ainda haver um "Ano Regional da Juventude", ao menos associamo-nos ao "Ano Internacional da Juventude".

Presidente: Srs. Deputados, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu tenho aqui uma proposta de aditamento à resolução que tomámos sobre o Projecto de Decreto-Lei que define o regime de publicação, identificação e formulário dos diplomas e regulamenta o conteúdo das três séries do Diário da República.

A proposta está apresentada e assinada por todos os partidos e eu vou lê-la e pô-la à discussão. Fica aditado à resolução o seguinte texto:

"Finalmente, a Assembleia entende que o

artigo 1º do projecto deve ser reformulado, de maneira a não ofender a existência e as funções dos "Jornais Oficiais" das Regiões Autónomas.

Na decorrência desta reformulação, deverá ainda ficar declarado que os diplomas que, no projecto, se diz serem de publicar na 2ª e na 3ª Séries do Diário da República, não abrangem os correspondentes diplomas provindos dos órgãos de Governo próprio das Regiões Autónomas, ou os documentos de publicação obrigatória, originários das mesmas Regiões".

Fica esta proposta à discussão. Não havendo inscrições, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de aditamento façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Baixa, conjuntamente com o texto da resolução aprovada, à Comissão respectiva para a redacção final.

Srs. Deputados, chegámos ao fim da nossa Ordem de Trabalhos.

A Mesa da Assembleia Regional, apesar de considerar a possibilidade de ter de ser convocada uma sessão extraordinária da Assembleia face ao pedido de pronunciamento, solicitado pela Assembleia da República, a esta Assembleia sobre a "ratificação do Tratado de Adesão de Portugal à CEE", mas tendo em consideração de que essa ratificação à actual Assembleia da República está relacionada com a evolução e a solução que vier a ser encontrada para a crise política nacional, apresenta a seguinte Proposta de Resolução:

"A Mesa da Assembleia Regional dos Açores, propõe, nos termos do artigo 30º, nº 1 do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, que a Assembleia declare findo o período legislativo de Junho."

Os Srs. Deputados que concordam com esta resolução façam o favor de se deixar estar como estão.

Secretário: Foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos.

Desejo uma "boa viagem" aos que vão partir e "boa ficada" para os que vão ficar.

Muito boa tarde.

(Eram 14.20 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - Fernando Faria, João Vasco Paiva, Natalino Viveiros).

(Deputados que faltaram à Sessão: PSD - Alberto Romão, David Santos, João Bernardo Rodrigues, José Leovigildo, Melo Alves, Renato Moura; PS - Conceição Bettencourt, José Resendes).

A Redactora de 2ª classe: Idília Maria de Costa Macedo Cardoso.